



Centro Universitário de Brasília  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

**WASHINGTON HEBERT REGUEIRO GOMEZ FILHO**

**SISTEMA BACEN JUD DE PENHORA “ON LINE”:  
O DEBATE ENTRE PRINCÍPIOS E A INFLUÊNCIA NA SUA EFICÁCIA**

**Brasília  
2011**

**WASHINGTON HEBERT REGUEIRO GOMEZ FILHO**

**SISTEMA BACEN JUD DE PENHORA “*ON LINE*”:  
O DEBATE ENTRE PRINCÍPIOS E A INFLUÊNCIA NA SUA EFICÁCIA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
do Centro Universitário de Brasília –  
UnICEUB.

Orientador: Cesar Augusto Binder.

**Brasília  
2011**

GOMEZ FILHO, Washington Hebert Regueiro.

Sistema Bacen Jud de penhora “*on line*”: O debate entre princípios e a influência na sua eficácia. / Washington Hebert Regueiro Gomez Filho. Brasília: UniCEUB, 2011.

63 f.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília-UniCEUB. Orientador: Cesar Augusto Binder.

1. Processo civil. 2. Bacen Jud. 3. Penhora “*on line*”. 4. Sigilo bancário. 5. Menor onerosidade para o devedor. 6. Acesso à justiça. 7. Razoável duração do processo

**WASHINGTON HEBERT REGUEIRO GOMEZ FILHO**

**SISTEMA BACEN JUD DE PENHORA “ON LINE”:  
O DEBATE ENTRE PRINCÍPIOS E A INFLUÊNCIA NA SUA EFICÁCIA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
do Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

Orientador: Cesar Augusto Binder.

Brasília, junho de 2011.

Banca Examinadora

---

Cesar Augusto Binder.

Orientador

---

Paulo G. Medeiros Carvalho.

Examinador (a)

---

Vetubal Martins Vasconcelos.

Examinador (a)

A minha esposa Tathiana pelo auxílio prestado, a paciência e a compreensão nos momentos em que estive ocupado na elaboração deste trabalho.

Agradeço ao Professor César Binder pelo grande auxílio, aos colegas do curso pela amizade e finalmente, minha mulher Tathiana e minha filha Maria Luisa.

## RESUMO

A presente monografia trata da penhora “*on line*”. Mecanismo de constrição de dinheiro depositado em instituição financeira em nome do devedor, efetivado por meio da internet, através do Sistema Bacen Jud, em que o magistrado emite as ordens de bloqueio de valores e de consulta de dados dos devedores diretamente para o Banco Central, que as encaminha para as instituições do sistema financeiro. Trata-se de uma inovação tecnológica, que tem causado bastante polêmica, mas, por outro lado, tem se mostrado bastante útil, conferindo celeridade e efetividade aos processos judiciais. As críticas apresentadas ao sistema são basicamente a quebra do sigilo bancário, a afronta ao princípio da menor onerosidade para o devedor (art. 620 do Código de Processo Civil), o bloqueio de valores impenhoráveis, como salários e faturamento de empresas. Não obstante, as críticas têm sido suplantadas pela eficácia que o mecanismo tem demonstrado na prática, sem que isso implique em afronta aos princípios que norteiam o processo executivo ou até mesmo à Constituição Federal, pois conforme será exposto adiante, não há quebra ilegal do sigilo bancário e nem ferimento ao princípio contido no artigo 620 do CPC. No que diz respeito a penhora de valores impenhoráveis, são problemas que, embora não expurgados, são de fácil resolução, em um curto espaço de tempo (48 horas), evitando-se ao máximo que ocorram prejuízos ao devedor.

Palavras-chave: Processo civil. Bacen Jud. Penhora “*on line*”. Sigilo bancário. Menor onerosidade para o devedor. Acesso à justiça. Razoável duração do processo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O SURGIMENTO E A REGULAÇÃO DA PENHORA “ON LINE” DO SISTEMA BACEN JUD .....</b>	<b>11</b>
1.1 Como surgiu a penhora “on line”. O sistema Bacen Jud e suas versões .....	11
1.2 Regulamentação da penhora “on line” pela Lei nº 11382/2006 .....	15
<b>2 OS PRINCÍPIOS QUE ENVOLVEM A PENHORA “ON LINE” DO SISTEMA BACEN JUD .....</b>	<b>19</b>
2.1 O sigilo bancário .....	19
2.1.1 A teoria contratualista.....	21
2.1.2 A teoria consuetudinária .....	21
2.1.3 A teoria da responsabilidade civil.....	22
2.1.4 A teoria do segredo profissional .....	22
2.1.5 A teoria da liberdade de negação .....	23
2.1.6 O tratamento dispensado ao sigilo bancário em alguns países .....	23
2.2 O princípio da menor onerosidade para o devedor.....	24
2.3 Impenhorabilidade da conta-salário e da conta de depósito de empresas .....	25
2.4 O princípio do acesso à justiça e o princípio da razoável duração do processo .....	28
<b>3 QUESTÕES POLÊMICAS RELATIVAS À PENHORA “ON LINE” .....</b>	<b>32</b>
3.1 Questões polêmicas relacionadas à quebra do sigilo bancário .....	33
3.2 Questões polêmicas relacionadas ao princípio da menor onerosidade para o devedor .....	38
3.3 Questões polêmicas relacionadas à impenhorabilidade de salário e da conta depósito de empresas .....	40
3.4 Questões polêmicas relacionadas ao princípio do acesso à justiça e o princípio à razoável duração do processo.....	44
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO A – ATENDIMENTO AO PODER JUDICIÁRIO DE 1988 ATÉ ABRIL / 2011</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO B – REGULAMENTO BACEN JUD 2.0 .....</b>	<b>54</b>



## INTRODUÇÃO

Há tempos que em nosso país presencia-se uma crescente preocupação com a morosidade da justiça e a falta de confiança dos cidadãos no Poder Judiciário, diante da pouca efetividade das decisões proferidas pelos magistrados. A efetividade é a aptidão do processo para produzir um resultado que seja útil, de modo que o processo justo dela depende diretamente. A nossa Justiça tem sido marcada por processos de conhecimento que levam anos para receber uma decisão definitiva e por execuções que não alcançam os seus objetivos, que é a satisfação do credor, em razão da resistência do devedor em pagar o débito e da falta de mecanismos para localizar bens para serem contristados e transformados em dinheiro para pagamento do crédito.

As consultas ao Banco Central e às instituições financeiras a respeito de endereços, existência de contas bancárias e saldos destas, além de determinações de bloqueios de valores, têm sido efetuadas há mais de duas décadas pelo Poder Judiciário. Contudo era premente a necessidade de aprimoramento dessas consultas, pois além da resposta ser bastante demorada, devido ao trâmite (expedição de ofício pela Secretaria da Vara, envio pelo correio, recebimento pelo banco e envio da resposta por este também pelo correio ou expedição de mandado e sua distribuição a um oficial de justiça), possibilitava ao devedor tomar conhecimento (muitas vezes através dos próprios gerentes dos bancos) de que suas contas bancárias estavam sendo investigadas ou objeto de pedido de bloqueio e acabar frustrando a medida. Visando aprimorar e agilizar a prestação de tais informações foi criado, em 2001, o Sistema Bacen Jud, por meio do qual as informações são solicitadas e prestadas eletronicamente, via internet, com segurança, rapidez, além de ser um meio mais econômico, por não demandar a utilização de papel e de gastos com a remessa de ofício.

Surgiu, assim, a chamada penhora “*on line*”, utilizada desde 2001, data da assinatura do primeiro convênio entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Banco Central. Com o advento da Lei 11.382/06, tal instituto passou a ser regulamentado pelo Código de Processo Civil.

Antes da previsão do instituto da penhora “*on line*” pela Lei 11.382/06, como dito, já era realizada efetivamente de forma legítima e legal, vez que a penhora de quantias em dinheiro depositadas em bancos sempre foi prevista em nossa legislação processual.

A penhora “*on line*” não é uma nova modalidade de penhora, mas sim um novo procedimento pelo qual a penhora em dinheiro é realizada de forma a proporcionar maior efetividade e celeridade ao processo, garantindo-lhe um resultado útil. Não obstante, trouxe uma série de questões polêmicas, diante da sua aparente incompatibilidade com a garantia do sigilo bancário do devedor, com a impenhorabilidade dos salários e o princípio da execução pelo modo menos gravoso ao devedor, o princípio do acesso à justiça e razoável duração do processo salientando, inclusive, que há quem a considere como uma forma de autoritarismo estatal.

Vale esclarecer que a penhora “*on line*” não é propriamente uma penhora que tem todas as suas fases a serem seguidas (constrição do bem, avaliação, intimação do devedor, lavratura de auto de penhora) e sim, apenas uma nomenclatura utilizada no meio judiciário, somente um nome “popular”. Muito embora se fale em penhora, o termo utilizado é linguagem corrente do foro e dá a falsa impressão de que é ato instantâneo, muito embora não seja, o juiz poderá, somente, ter informações acerca do saldo do devedor, e existindo saldo, poderá o montante ser bloqueado para que nele venha recair a penhora propriamente dita<sup>1</sup>

É claro que toda inovação é acompanhada de críticas tanto positivas quanto negativas, mas não se pode perder de vista o objetivo da criação do mecanismo, que é dar celeridade e efetividade aos processos de execução, sem perder de vista os princípios que norteiam o devido processo legal.

A expressão “*on line*” significa estar conectado à internet, efetuando alguma operação entre computadores conectados simultaneamente à rede para troca de informações.

O tema ora escolhido apresentou-se bastante atual e de grande relevância diante da nova sistemática das execuções de título extrajudicial e judicial.

O trabalho buscará confrontar as opiniões a respeito da penhora “*on line*”, analisando sempre o que ocorre na prática e tentará buscar soluções para os eventuais problemas apresentados por tal mecanismo de constrição de dinheiro dos devedores.

---

<sup>1</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática. **Revista de processo**, São Paulo, ano 34, n. 176, out. 2009.

## 1 O SURGIMENTO E A REGULAÇÃO DA PENHORA “ON LINE” DO SISTEMA BACEN JUD

### 1.1 Como surgiu a penhora “on line”. O sistema Bacen Jud e suas versões

A requisição de informações e as solicitações de bloqueios de valores em contas bancárias de devedores são feitas há mais de duas décadas pelos magistrados brasileiros, contudo o mecanismo utilizado era demorado e muitas vezes ineficaz, pois proporcionava ao devedor tomar ciência e esvaziar antes mesmo que a solicitação chegasse ao banco, através de mandado ou de ofício<sup>2</sup>.

Assim, havia uma insatisfação do Poder Judiciário em relação a pouca eficácia da medida e, por outro lado, o Banco Central via-se abarrotado de ofícios a serem respondidos, enviados por magistrados de todo o Brasil.

Segundo a Ministra do STJ, Fátima Nancy Andrighi<sup>3</sup>, a idealização da penhora “on line” surgiu em um encontro festivo com alunos e ex-alunos, ocorrido em meados de 1999, ao qual se sucederam outros tantos, até que, no final de 2000, pela iniciativa de membros da magistratura e de funcionários do Banco Central realmente comprometidos com o interesse da coletividade, surgiu o sistema Bacen Jud. Tal sistema consiste em um site, no qual os magistrados, previamente cadastrados com senhas pessoais, fazem as requisições eletronicamente, ou seja, “on line”, diretamente para o Banco Central e este encaminha as requisições para as instituições financeiras e estas respondem ao Poder Judiciário através do correio.

O pensamento da Ministra era igual a de todos os magistrados:

Racionalizar os serviços judiciários, organizar a secretaria da Vara, adotar medidas de aceleração e eliminação dos prazos mortos enfrentados pelos processos foram sempre a nossa verdadeira obsessão durante os 30 anos de magistratura. Nessa busca incessante, cercada por muita frustração, nos

---

<sup>2</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistemas CCS e Bacen Jud**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos\\_poder\\_judiciario/apres4h20101.pdf](http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos_poder_judiciario/apres4h20101.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

<sup>3</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy. A gênese do sistema “penhora on line”. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos (Coord.) **Execução civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 386-388.

submetemos até a formação específica nesta área ensinada pela Escola da Magistratura da Argentina<sup>4</sup>.

Após a criação do sistema, foi firmado o convênio de cooperação técnico-institucional entre o Banco Central e o STJ e o CJF, em 2001, ao qual os tribunais regionais e estaduais poderiam aderir para usufruírem do sistema.

Verifica-se das estatísticas apresentadas pelo Banco Central que, logo que foi criado, havia muita resistência na utilização do sistema Bacen Jud, podendo observar-se que em 2001 a sua maior utilização deu-se na Justiça Federal, sendo que a grande maioria dos Tribunais Estaduais não o utilizou, excetuando-se o Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe, sendo que o total de solicitações feitas através do sistema Bacen Jud 1.0 em 2001 foi de 524 e as requisições mediante ofício em papel foram de 80.586. Em 2002 verificou-se uma maior adesão pelos Tribunais Estaduais e a realização do convênio entre o Banco Central do Brasil e o Tribunal Superior do Trabalho, com a adesão quase total pela Justiça do Trabalho<sup>5</sup>.

O trabalho feito entre as comissões montadas para o desenvolvimento do sistema teve um êxito muito grande, pois teve a adesão de quase todos os magistrados do Brasil. E devido a este sucesso foi desenvolvido o sistema Bacen Jud 2, visando o aperfeiçoamento do sistema, a melhora de comunicação entre as Instituições e a ampliação do alcance do sistema, onde se poderia ter mais informações (além do saldo em conta poderia ter informações cadastrais do devedor/titular da conta) e ainda em tempo menor, pois as informações agora seriam enviadas via eletrônica, onde o juiz as requisitava, o Banco Central repassava aos bancos, e esses, por sua vez, respondia ao Banco Central que as repassava ao juiz, tudo via eletrônico<sup>6</sup>.

O sistema Bacen Jud 2.0 foi implementado em dezembro de 2005, a fim de melhorar as funções do Bacen Jud 1.0 e criar novas funções, para atender com mais agilidade e presteza às ordens do Poder Judiciário. A grande diferença verificada entre esta versão e a anterior foi a possibilidade de recebimento das respostas dos bancos através do próprio

---

<sup>4</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy. O nasceiro do prosônimo penhora on line. **Revista jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 361, p. 11, nov. 2007.

<sup>5</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do Bacen Jud**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCJUDESTATISTICAS>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

<sup>6</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy. O nasceiro do prosônimo penhora on line. **Revista jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 361, p. 12-13, nov. 2007.

sistema no prazo de 48 horas, desde que sejam protocoladas via sistema até as 19 horas, sem necessidade de aguardar o envio de ofício em papel e, da mesma forma, a possibilidade de determinar a transferência dos valores bloqueados para conta à disposição do juízo requisitante da ordem de bloqueio através do sistema. Assim, em dezembro de 2005 foi desativado o Bacen Jud 1.0, permanecendo a sua funcionalidade apenas para desbloqueio das ordens judiciais cadastradas nessa versão do sistema, sendo que a sua desativação total foi feita no final do ano de 2008<sup>7</sup>.

Com isso, tem-se verificado um grande aumento no número de requisições do Poder Judiciário ao Banco Central, porquanto até 2006 o número das requisições mediante ofícios em papel ultrapassaram 130.000 e no mesmo ano as requisições via Bacen Jud 2.0 chegaram a 1.320.289, passando de 4.000.000 de pedidos via sistema em 2009, com um pouco mais de 69.000 os pedidos via ofício em papel<sup>8</sup>.

Em fevereiro de 2008 foram implementadas outras funções ao Bacen Jud 2.0, possibilitando a requisição de informações de saldo, existência de conta e ainda endereço, as quais também são respondidas via sistema, no prazo de 48 horas, exceto quanto a extratos.

Os usuários do sistema são os magistrados previamente cadastrados, com senha pessoal e as requisições de bloqueios e pedidos de informações são feitos através do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do réu/executado.

As ordens de bloqueio recaem em contas de depósitos à vista (contas correntes), de investimento e de poupança, depósitos a prazo, aplicações financeiras e demais ativos passíveis de bloqueio, conforme dispõe o art. 13º do Regulamento do Sistema Bacen Jud<sup>9</sup>, não recaindo em cheque especial ou crédito rotativo. Veja:

Art. 13 – As ordens judiciais de bloqueio de valor têm como objetivo bloquear até o limite das importâncias especificadas e são cumpridas com

---

<sup>7</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy. O nasceiro do prosônimo penhora on line. **Revista jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 361, p. 13, nov. 2007.

<sup>8</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistemas CCS e Bacen Jud**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos\\_poder\\_judiciario/apres4h20101.pdf](http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos_poder_judiciario/apres4h20101.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

<sup>9</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regulamento Bacen Jud 2.0**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO\\_BACEN\\_JUD\\_2.0\\_24\\_07\\_2009.pdf?idioma=P](http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO_BACEN_JUD_2.0_24_07_2009.pdf?idioma=P)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

observância dos saldos existentes em contas de depósitos à vista (contas correntes), de investimento e de poupança, depósitos a prazo, aplicações financeiras e demais ativos sob a administração e/ou custódia da instituição participante.

§ 1º Essas ordens judiciais atingem o saldo credor inicial, livre e disponível, apurado no dia útil seguinte ao qual o arquivo de remessa for disponibilizado às instituições responsáveis, sem considerar créditos posteriores ao cumprimento da ordem e, nos depósitos à vista, quaisquer limites de crédito (cheque especial, crédito rotativo, conta garantida etc).

Desta forma, o sistema Bacen Jud toca a parte mais sensível do ser humano, que é o seu bolso, fazendo com que o devedor se movimentasse, ou para pagar e ver-se livre a dívida, ou ainda, comprovar a impenhorabilidade do dinheiro (se é de proventos ou manutenção de sua empresa) e pedir o desbloqueio.

Em torno disto foram geradas várias dúvidas a respeito do sistema, colocando-o em cheque, levantando insegurança às pessoas de que o juiz teria acesso a sua conta bancária (quebrando o sigilo), e ainda que o mesmo juiz poderia, com tanto poder, abusar deste.

Mas não é desta forma que funciona o sistema como afirma a Ministra Fátima Nancy Andrigli:

[...] pelo fato de que o Bacen Jud triscar na área mais delicada do ser humano, que é o seu dinheiro, muitos mitos ou podemos dizer lendas foram criadas em torno do novo modo de proceder do juiz e do Banco Central. A lenda mais excêntrica é a de que o Banco Central fez um convênio com o Poder Judiciário para que os juízes passassem a determinar penhora de valores em conta corrente. Ora, o trabalho nunca teve esse objetivo. Repita-se, tudo o que se almejava era que as determinações do Poder Judiciário ao Sistema Financeiro para evitar a frustração nos processos de execução, mudando o paradigma ganha mas não leva. O progresso e a prática de outros atos ou facilitação na prática destes é fruto exclusivamente da boa intenção de um lado na melhora da prestação jurisdicional, e de outro, o Banco Central atender a contento às solicitações do Poder Judiciário. Ademais, a penhora sobre contas bancárias nunca necessitou de convênio, o juiz sempre deteve o poder de fazê-lo.<sup>10</sup>

Hoje o sistema é um sucesso. É usado por todos os tribunais do Brasil, tanto os estaduais, os federais e os trabalhistas, proporcionando uma satisfação ao credor mais rápida, mas ainda gera muita insatisfação e polêmica.

---

<sup>10</sup> ANDRIGHI, Fátima Nancy. O nasceiro do prosônimo penhora on line. **Revista jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 361, p. 13-14, nov. 2007.

## 1.2 Regulamentação da penhora “on line” pela Lei nº 11382/2006

O Surgimento da penhora eletrônica se deu, como já dito, através de um convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e os tribunais superiores, em 2001. Todavia, conforme entendimento de Guilherme Goldschmidt<sup>11</sup>

[...] o referido sistema feria, à época de sua celebração, diversos princípios e normas constitucionais, dentre eles, o artigo 241<sup>12</sup> da Constituição Federal, alterado pelo artigo 24 da Emenda Constitucional nº 19, de 1988 [...].<sup>13</sup>

Ainda segundo o artigo mencionado, os convênios de cooperação entre entes federados, como é o caso, deveriam ser disciplinados por lei da competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ademais, Guilherme Goldschmidt<sup>14</sup> acrescenta que a matéria tratada dizia respeito ao direito processual, cuja competência exclusiva para legislar é da União, consoante art. 22 da Constituição Federal. Contudo, há quem entenda que o convênio não fere os artigos 5º, II e LV e 22, I da CF/88, pois apenas viabiliza a penhora em papel.

Humberto Theodoro Junior<sup>15</sup> diz a respeito:

Já bem antes do advento da Lei 11382/2006, a jurisprudência entendia que a constrição de saldo bancário, nos moldes do convênio do Poder Judiciário com o Banco Central era legítima e não gerava ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor (STJ, REsp 332.584/SP, 3ª T., j. 12.11.2001, rel. Min. Nancy Andrighi, DJU 18.02.2002, p. 422; STJ, REsp 242.531/SP, 3ª T., ac. 23.11.2000, rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro, RSTJ 145/378; TJMG, AgIn 496.287-6, 11ª Câmara, ac. 28.06.2005, rel. Des. Maurício Barros, RT 843/318; JTJ 298/448).

<sup>11</sup> GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line do direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 67.

<sup>12</sup> Art. 24 - A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

<sup>13</sup> GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line do direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 68.

<sup>14</sup> GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line do direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 68.

<sup>15</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática. **Revista de processo**, São Paulo, ano 34, n. 176, out. 2009.

A Lei 11382/2006, em vigor desde 22 de janeiro de 2007, que acrescentou o art. 655-A ao Código de Processo Civil, prevê expressamente a utilização do mecanismo da penhora eletrônica, ao estabelecer, *in verbis*:<sup>16</sup>

Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

O § 2º do art. 154, do CPC, acrescentado pela Lei 11419/06, por sua vez, dispõe “todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.”

O que acontece, em princípio, é a requisição, pelo juiz, de informações a respeito da conta bancária do devedor para uma posterior constrição, se for o caso, devendo posteriormente, se houver saldo, o bloqueio e a penhora conforme ordena a legislação. É assim sintetizado por Humberto Theodoro Junior:<sup>17</sup>,

Na verdade, embora na linguagem corrente do foro se fale em penhora *on line*, dando a impressão de que o ato executivo se efetive instantaneamente por meio puramente eletrônico, o que o juiz da execução faz é apenas obter, por meio da Internet, uma informação acerca de saldo do devedor que possa garantir a execução. Comprovada tal existência, poderá o montante necessário ser bloqueado para que, posteriormente, e dentro do processo, sobre ele venha a recair a penhora, a ser no momento certo formalizada segundo as regras normais do Código de Processo Civil.

O Banco Central credencia os juízes que, através da Internet fazem as requisições, podendo especificar ou não conta bancária do devedor, informando ainda o valor que se deseja bloquear. Já o Banco Central, envia essa requisição aos bancos, também de forma eletrônica, tendo sua resposta em até 48 horas reenviada ao juiz requisitante. Veja o que versa o regulamento<sup>18</sup> a esse respeito:

<sup>16</sup> VIANA, Marcelo Soares. **O novo art. 655-A do CPC e a “penhora on-line”**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://cgj.tj.sc.gov.br/bacen/artigos/655cpc.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

<sup>17</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática. **Revista de processo**, São Paulo, ano 34, n. 176, out. 2009.

<sup>18</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regulamento Bacen Jud 2.0**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO\\_BACEN\\_JUD\\_2.0\\_24\\_07\\_2009.pdf?idioma=P](http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO_BACEN_JUD_2.0_24_07_2009.pdf?idioma=P)>. Acesso em: 12 mar. 2011.



Art. 7º - As ordens judiciais protocolizadas no sistema BACEN JUD 2.0 até as 19h00min dos dias úteis são consolidadas pelo sistema, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas às instituições responsáveis até as 23h30min do mesmo dia, em conformidade com os arts. 4º e 5º.

§ 1º As ordens judiciais protocolizadas após as 19h00min ou em dias não-úteis são consolidadas e disponibilizadas às instituições responsáveis no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

§ 2º O arquivo de remessa excepcionalmente não disponibilizado às instituições responsáveis até as 23h30min terá seu conteúdo incluído no arquivo do dia útil imediatamente posterior.

§ 3º O arquivo de remessa pode ter seu horário de envio antecipado a critério do Banco Central do Brasil, a fim de manter a estabilidade do sistema.

Art. 8º - O sistema BACEN JUD 2.0 aguarda, da instituição responsável, o envio do arquivo de resposta até as 23h59min do dia útil seguinte ao da disponibilização do respectivo arquivo de remessa das ordens.

Todo esse procedimento permite viabilizar o trâmite do processo de execução, tornando-o mais rápido, efetivo e barato, inclusive para o devedor, que não terá que, ao final, arcar com mais custas processuais devidas por causa de ofícios, mandados expedidos pela Serventia da Vara, venda do bem em hasta pública e outros.

O exeqüente sempre teve o direito de penhorar dinheiro em contas bancárias do devedor, acontece que, antes do advento da Lei 11382/2006, o exeqüente não tinha como localizar essas contas e obter a penhora, conforme afirma Luiz Guilherme Marinoni:

Se o exeqüente, para penhorar dinheiro, necessita saber se o executado possui – e em que local – dinheiro depositado em instituição financeira, deve ter ao seu dispor uma forma que lhe garanta essa verificação. Para viabilizar o acesso a tais informações, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho de Justiça Federal firmaram convênio com o Banco Central – há bastante tempo –, por meio do qual os juízes com senhas cadastradas têm acesso, através da internet, a um sistema de consultas – desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, denominado “Bacen Jud”. Acesso a esse sistema confere ao juiz a possibilidade de obter informações sobre depósitos bancários – em conta corrente ou aplicação financeira do País. Com isso, o magistrado também fica com o poder de determinar o bloqueio do valor do crédito executado, concretizando o direito do exeqüente à penhora de dinheiro<sup>19</sup>.

O Banco Central, que faz toda a intermediação do sistema, tem somente a preocupação em transferir os dados dos pedidos dos juízes para os bancos interligados ao sistema, e ainda manter o sistema em funcionamento com suporte técnico e operacional:

<sup>19</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Penhora on line. **Revista Jurídica**, São Paulo, p. 46-47, mar. 2008.

O Banco Central é o mantenedor do sistema, é um intermediário entre a autoridade judiciária, emissora das ordens, e as instituições financeiras, a quem cabe o atendimento às requisições e ordens judiciais transmitidas. O Banco Central, ainda se obriga a manter o sistema em funcionamento adequado, prestando o serviço de suporte técnico e operacional, esclarecendo dúvidas, orientando os usuários sobre a utilização dos recursos.

Tudo isso, com garantia de máxima segurança, com a utilização de uma sofisticada tecnologia de criptografia de dados, de acordo com os padrões de segurança adotados por aquela autarquia<sup>20</sup>.

Dessa forma, houve a regulamentação do instituto da penhora “*on line*”, pondo fim às críticas em relação à legalidade do sistema.

---

<sup>20</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Perguntas frequentes do Bacen Jud 2.0**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?red-bcj2faq>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

## 2 OS PRINCÍPIOS QUE ENVOLVEM A PENHORA “ON LINE” DO SISTEMA BACEN JUD

### 2.1 O sigilo bancário

A origem do sigilo bancário vem de longe, segundo Melissa Folmann<sup>21</sup>:

A fase embrionária compreende a antiguidade babilônica, hebréia, egípcia e greco-romana. Na Babilônia o palácio e o templo eram os lugares onde se realizavam as atividades bancárias, as quais consistiam basicamente: no pagamento de tributos e depósitos da colheita e mercadorias; atividades que incorporam o empréstimo a juros quando passaram a ser administradas pela iniciativa privada, mantendo-se o caráter sigiloso das mesmas. De acordo com Nelson Abrão e Anselmo Rodrigues, entre outros, nessa época encontram-se a mais antiga referência ao sigilo bancário com o Código de Hammurabi, pois “De facto, o banqueiro, que de acordo com aquele código também desempenhava o papel de notário, tinha a possibilidade de revelar os seus arquivos, no caso de conflito com seus clientes, o que parece demonstrar que, na falta desse conflito, não era possível essa revelação”<sup>22</sup>.

As informações fiscais e bancárias, sejam as constantes nas próprias instituições financeiras, sejam as constantes na Receita Federal ou organismos congêneres do Poder Público, constituem parte da vida privada da pessoa física ou jurídica.

O sigilo fiscal e bancário é protegido pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 5º, incisos X e XII, assim dispõe: <sup>23</sup>

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; [...].

<sup>21</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá, 2003.

<sup>22</sup> RODRIGUES, Anselmo apud FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá, 2003.

<sup>23</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

Neste mesmo sentido, a Lei Complementar 105/2001 dispõe sobre o sigilo das operações das instituições financeiras e em seu artigo 3º estabelece os casos em que poderão ser excepcionados as informações pedidas pelo Poder Judiciário:<sup>24</sup>

Art. 3º- Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras as informações ordenadas pelo Poder Judiciário, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.

Como pode ser visto, no texto constitucional não vem expressamente escrito sigilo bancário, mas sim o sigilo de dados (que é o gênero), o sigilo bancário esta subentendido (e é espécie), parece ser desta forma que o legislador constituinte quis que fosse entendido.

Ainda, como não está textualmente escrito na Constituição Federal, é tema de muita discussão, que se deve esclarecer se a proteção constitucional da intimidade e vida privada (inciso X) e do sigilo da comunicação e dos dados (inciso XII), previstos pela Constituição Federal, em seu art. 5º, alcança o sigilo bancário.

Ademais, as informações bancárias não deixam de ser dados, dados estes que podem revelar traços da vida íntima do cliente, e sendo desta forma o direito ao sigilo bancário é essencial, pois, se quebrados, revelam a intimidade da pessoa, a sua forma de agir em certos campos de sua vida e de seus dados pessoais, podendo, inclusive, colocar em risco sua dignidade e sua segurança pessoal. Com esse raciocínio lógico, logo se percebe que o sigilo bancário está plenamente coberto pelo manto de proteção da Constituição nos incisos X e XII do art. 5º.

Importante lembrar que os direitos e garantias fundamentais elencadas no art. 5º possuem status jurídico de cláusulas pétreas, não podendo ser alterados nem por Emendas Constitucionais, de acordo com o disposto no art. 60, § 4º, inciso IV.

Com o intuito de melhor entendimento do instituto do sigilo bancário, se faz necessário, pelo menos, um pequeno aprofundamento na questão, começando pela sua

---

<sup>24</sup> BRASIL. **Lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp105.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2011.

possível origem, passando pelo estudo de suas teorias e comparando o sigilo bancário no Brasil e em outros países.

Existem algumas teorias que tentam fundamentar a natureza do sigilo bancário.

### *2.1.1 A teoria contratualista*

Os seguidores dessa teoria, liderados por Scheerer baseiam-se em contrato firmado entre o banco e o cliente em manter em sigilo toda a movimentação bancária e seus dados cadastrais, independente de estar expresso no contrato, uma espécie de direito implícito do cliente. Decorre da natureza da atividade bancária, o segredo, neste caso, é a alma do negócio<sup>252627</sup>.

Mas, segundo Paulo Quezado e Rogério Lima, existe falha no fundamento dessa teoria, a falha está em confundir fundamento e fonte, pois, segundo a teoria, o fundamento está no contrato firmado entre o banco e o cliente, e segundo os autores citados, o contrato é a fonte, pois o contrato está amparado em lei, e lei é fonte, e estando protegido pela legislação o contrato (o sigilo bancário) tem mais robustez (está mais protegido).

### *2.1.2 A teoria consuetudinária*

Os seguidores dessa teoria entendem que o sigilo bancário tem fundamento no costume comercial das instituições financeiras, que tornou-se prática consagrada nos serviços prestados pelos bancos.

Álvaro Mello Filho<sup>28</sup> faz crítica a esta teoria dizendo que ela somente é importante nos países em que não existe imposição legislativa para o sigilo, perdendo

---

<sup>25</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá, 2003.

<sup>26</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

<sup>27</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<sup>28</sup> MELLO FILHO, Álvaro (1984, p. 466-477) apud ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

importância nos demais países, inclusive no Brasil, onde o sigilo bancário foi consagrado legalmente<sup>293031</sup>.

### 2.1.3 A teoria da responsabilidade civil

O sigilo bancário, nesta teoria, encontra fundamento no dever de não prejudicar os seus clientes revelando seus dados, que poderão causar danos, tendo como consequência, para o banco, uma reparação<sup>323334</sup>.

As críticas a essa teoria vem de Melissa Folmann<sup>35</sup>:

Neste sentido de que a mesma não fornece um fundamento ao dever de sigilo, tão-só apresenta as consequências da violação deste. Outrossim, poderia induzir ao pensamento de que, só em havendo dano, a indenização seria devida, o que não é o caso.

Essa teoria vê a quebra do sigilo bancário como ato ilícito, e assim devendo ser tratada com suas consequências, a devida reparação do dano causa ao seu cliente.

### 2.1.4 A teoria do segredo profissional

Prega esta teoria que o fundamento do sigilo bancário está no dever de segredo do banqueiro, inerente a sua atividade profissional, que tem por fim, guardar secretamente determinadas informações de seus clientes<sup>363738</sup>.

Essa teoria, inclusive, encontra guarida no Código Penal, em seu art. 154 *in verbis* “Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem. Pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”.

<sup>29</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>30</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

<sup>31</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<sup>32</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>33</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

<sup>34</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<sup>35</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>36</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>37</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

<sup>38</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

### 2.1.5 A teoria da liberdade de negação

Todas essas teorias e mais outras tantas, tentaram demonstrar de onde elas vieram para proteger o sigilo bancário, não é diferente desta, mas a teoria da liberdade de negação a faz de forma diferente é “a liberdade vista por uma ótica negativa. Com base na liberdade, tem o cidadão o direito de não permitir que sua privacidade seja revelada [...]”.

O sigilo bancário tem como fundamento jurídico a liberdade (a liberdade de negação), a obrigação contratual, profissional, o costume dos bancos em preservar o sigilo de seus clientes e outros mais<sup>394041</sup>.

### 2.1.6 O tratamento dispensado ao sigilo bancário em alguns países

Ainda, o instituto sigilo bancário tem tratamento diverso em vários países:

Na Alemanha, Colômbia e Espanha, o sigilo bancário não possui legislação específica, é baseado no costume (consuetudinário).

Estados Unidos da América e Chile tem legislação específica, sendo que, nos Estados Unidos, as informações bancárias só podem ser fornecidas quando for comprovada a relevância destas para a solução de processos tanto administrativos quanto judiciais, e, no Chile, os bancos tem o dever de informar ao fisco os movimentos do ano anterior<sup>4243</sup>.

Áustria tem proteção constitucional ao sigilo bancário, sendo quando requisitados pela administração tributária e dentro de certos limites, os bancos devem informar a autoridade.

Na Inglaterra, o sigilo bancário tem cláusula implícita no contrato firmado entre o cliente e o banco, o qual deverá incorrer em responsabilidade civil.

<sup>39</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>40</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

<sup>41</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

<sup>42</sup> FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá 2003.

<sup>43</sup> QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

Na Itália, o sigilo bancário é uma pluralidade de justificativas, o costume, a obrigação contratual, o segredo profissional, o Código Penal, a Lei Bancária e ainda a Constituição.

Tudo isso demonstra o tamanho que é a discussão a respeito do sigilo bancário, suas fontes e fundamentos, mostrando a imensidão da sua importância.

## **2.2 O princípio da menor onerosidade para o devedor**

Dispõe o art. 620 do CPC: “Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.” Este artigo prevê um favor *debitoris*, objetivando proteger o executado de excessos, de atos executivos desnecessariamente onerosos e foi inspirado nos princípios de justiça e equidade, que devem ser levados em consideração pelas partes (exequente e executado) durante o curso do processo.

Em razão deste princípio, mas também não só dele (tem também o princípio da boa-fé entre as partes), toda execução deve ser feita da forma mais econômica possível, isto é, deve realizar de forma integral o crédito do exequente da forma menos prejudicial possível para o executado.

É evidente que toda constrição causa alguma espécie de gravame ao executado, pois o mesmo terá seu bem expropriado de sua gama de patrimônios, podendo ou não passar a fazer parte do patrimônio (o próprio bem ou seu equivalente em dinheiro) de seu credor. E ainda, que o princípio da menor onerosidade para o devedor não serve como escudo à inadimplência, muito menos para protelar a efetiva prestação da tutela jurisdicional. O objetivo é simples: vedar o abuso do credor em obter aquilo a que se faz jus.

O princípio insculpido no art. 620 do CPC não veda o ônus da execução, pois o ônus está totalmente ligado à execução, contudo se fez necessário o uso do poder coercitivo do Estado para que o credor tenha seu crédito satisfeito. O princípio consiste em satisfazer o crédito utilizando apenas os meios necessários para tanto, caso exista opções.

O objetivo da execução é a satisfação do crédito que o credor tem em relação ao devedor, para tanto se houver vários meios para alcançá-la o juiz deve fazer uso do



modo menos gravoso para o devedor. O devedor não poderá substituir a penhora de dinheiro por outro bem por ele indicado somente para ver prejudicado o credor que por sua vez não pode exigir do juiz que faça a penhora de forma gravosa somente como intuito de causar incômodos e até humilhações ao devedor, causando incômodos desnecessários<sup>44</sup>.

Corroborando a idéia anterior, Nelson Nery Junior:<sup>45</sup>

O poder de excussão do credor sobre o patrimônio do devedor sofre temperamento. Em primeiro lugar a lei aponta quais sejam os bens impenhoráveis e, por isso, insusceptíveis de serem atingidos pelo poder do credor (CPC 649 e §§). Depois, como consequência desse temperamento da situação de vantagem que o credor tem sobre o patrimônio do devedor, traça limites para a atuação do credor, impedindo-lhe de escolher o meio mais gravoso para o devedor, para a satisfação de seu crédito. Ao juiz a lei comina o dever de dirigir o processo para que a execução se faça de maneira menos gravosa para o devedor.

Assim, o princípio da menor onerosidade para o devedor, não tem o escopo de proteger o devedor com a sua inadimplência, mas dos possíveis abusos que ele possa vir a sofrer de seu credor, que por sua vez não pode ficar sem ter seu crédito satisfeito.

### 2.3 Impenhorabilidade da conta-salário e da conta de depósito de empresas

O salário, segundo a regra do art.649, IV, do CPC, é absolutamente impenhorável, mas vem sendo mitigada com o tempo e a evolução da sociedade.

“A penhora, ato típico e fundamental da execução por quantia certa, tem como objetivo imediato destacar um ou alguns bens do devedor para sobre eles fazer concentrar e atuar a responsabilidade patrimonial”<sup>46</sup>.

Contudo, apesar de a penhora ser ato típico e fundamental da execução, existem exceções que estão contidas no art. 649, IV do CPC *in verbis*:<sup>47</sup>

São absolutamente impenhoráveis:

<sup>44</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2008. 3 v.

<sup>45</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

<sup>46</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

<sup>47</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

IV – os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo.

O legislador, com o intuito de preservar a dignidade da pessoa, e, ainda, com o intuito de preservar a dignidade material do devedor, que poderia, inclusive, comprometer na própria subsistência, trouxe ao Código de Processo Civil fatores limitadores da penhora, do poder do credor, trazendo a impenhorabilidade de seus salários. Mas a impenhorabilidade, que inicialmente era absoluta, fica relativa em relação a alimentos devidos pelo executado<sup>48</sup>.

A justificativa encontrada pelo legislador em proteger o devedor neste caso é que o salário tem, em princípio, caráter alimentício e, desta forma se o devedor for privado de sua alimentação e outras necessidades básicas, será comprometida sua subsistência, comprometendo sua vida, a manutenção de sua vida material e ainda a sua dignidade e a de sua família (princípio basilar da Constituição Federal de 1988)<sup>49</sup>.

Percebe-se, ainda, a preocupação com o caráter alimentar do salário, que mesmo o legislador, quando da tramitação da lei no Congresso Nacional, estava dando um caráter excepcional ao artigo permitindo a penhora de sua renda em seu § 3º que autorizaria a penhora de até 40% do salário se este ultrapassasse 20 salários mínimos descontados os impostos legais, o que foi prontamente vetado pelo Presidente da República para proteger o devedor com o pensamento de que não se poderia comprometer o alimento e suas necessidades básicas<sup>5051</sup>.

<sup>48</sup> REINALDO FILHO, Demócrito. Da possibilidade de penhora de saldos de contas bancárias de origem salarial: interpretação do inciso IV do art. 649 do CPC em face da alteração promovida pela Lei nº 11.382/2006. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1796, jun. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11336>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

<sup>49</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 92-93. 3 v.

<sup>50</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 92-93. 3 v.

<sup>51</sup> NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Contudo, o artigo 649 protege o salário do devedor, mas nada fala da conta de depósitos de empresas que é regulado pelo artigo 3º do § 655-A, introduzido no Código de Processo Civil pela Lei 11382/2006 *in verbis*:<sup>52</sup>

Art.655-A – Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.

§ 3º - Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

Essa penhora já vinha ocorrendo no âmbito judiciário, mas sem critérios. A Lei 11382/2006 veio apenas para uniformizar o que já ocorria e com a finalidade de evitar distorções e regrado como deve ser feita (de preferência por meio eletrônico, nomeado depositário, a prestação de contas).

Todavia, como se pode perceber no texto do artigo, ele não prevê um percentual a ser penhorado, o que deve ser feito pelo Magistrado de forma responsável, pois a empresa não pode ser inviabilizada, tendo altos percentuais de sua renda penhoradas, porque a empresa tem um papel a cumprir na sociedade que é a de gerar empregos, a circulação de mercadorias e riquezas.

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. BACEN JUD. PENHORA "ON LINE". BLOQUEIO DE CONTA CORRENTE. PESSOA JURÍDICA. LIMITE DE 30% DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS. 1. A filosofia do novo regime de execução impõe uma nova forma de pensar o cumprimento de decisões judiciais. A reforma introduzida pela Lei n.º 11.232/2005, criando um novo procedimento para a execução das sentenças condenatórias, doravante denominado cumprimento de sentença, contribui para uma maior celeridade processual, de maneira mais eficiente, porquanto objetiva dar efetividade e agilidade à execução.

2. Nessa esteira, considerando a ordem de preferência estabelecida no artigo 655 do Código de Processo Civil, em que o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, tem preferência quando da realização da penhora, conjugada com a disposição legal contida no novo artigo 655-A, verifica-se a possibilidade de realização da penhora de ativos financeiros da empresa, não se sustentando mais o entendimento de que a penhora em dinheiro somente pode ser efetivada após esgotados todos os

<sup>52</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

meios disponíveis para a localização de outros bens penhoráveis dos devedores. 3. Contudo, revela-se razoável limitar a constrição ao percentual de 30% (trinta por cento) dos depósitos bancários da empresa, de forma a não inviabilizar a sua regular atividade empresarial. 4. Agravo não provido<sup>53</sup>.

Nota-se no julgado supra, a comprovação da possibilidade de penhora de valores nas contas-corrente de empresas, mas de forma moderada a não causar prejuízos ou ainda o funcionamento da mesma, podendo assim cumprir a sua função social.

## 2.4 O princípio do acesso à justiça e o princípio da razoável duração do processo

Em razão de o Estado proibir a autotutela, surge a necessidade de armar o cidadão com um instrumento capaz dar cabo ao conflito em que ele esteja envolvido. Essa arma do cidadão é o Poder Judiciário, órgão incumbido de prestar a tutela jurisdicional, e o Estado o faz através do juiz que é o seu representante<sup>54</sup>.

O acesso à justiça pode ser visto como uma grande conquista da democracia, já que todas as pessoas, de forma indiscriminada, podem ter seus direitos defendidos, assegurando o respeito à dignidade do ser humano.

Insculpido tal princípio na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXV<sup>55</sup>, esse artigo dá direito ao cidadão um pronunciamento judicial, após a devida provocação, acerca de um litígio ou sua ameaça.

Contudo, o legislador, ainda preocupado em proteger o cidadão, impôs regramentos a serem seguidos para que o cidadão tivesse acesso à justiça e seus direitos assegurados, isso porque não se pode ter acesso à justiça de forma desordena e desordeira. Isso parece ser um obstáculo ao acesso à justiça, mas se a coisa é feita de forma orquestrada ela fica mais fácil de ser conduzida, facilitando assim o fim a que se destina. E ainda, a idéia

<sup>53</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. 1ª Turma Cível. **20070020144762AGI**. Ementa: [...] Rel.: Flavio Rostirola. Brasília, DF, 13 mar. 2008. DJ de 24.03.2008. p. 108.

<sup>54</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. O direito a tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais. **Jus navigandi**, Teresina, ano 8, n. 378, jul. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5281/o-direito-a-tutela-jurisdicional-efetiva-na-perspectiva-da-teoria-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

<sup>55</sup> Art. 5º, inciso XXXV – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito [...].

de acesso à justiça não se limita somente à parte física dos tribunais, mas sim ao acesso a ordem jurídica justa<sup>56</sup>.

Desta feita, o acesso à justiça pressupõe dois fatores a serem considerados: a existência de um direito material (que fora lesado) e o Poder Judiciário comprometido em dirimir esse problema<sup>57</sup>.

Por exemplo, um cidadão que tem em mãos um título (podendo ser judicial ou extrajudicial), o qual o seu responsável pelo adimplemento não o faz, ele pode de forma ordenada e seguindo os regramentos (os pré-requisitos e formalidades do Código de Processo Civil), ter acesso à justiça para ver o seu crédito satisfeito. Da mesma forma, o devedor também terá o mesmo acesso (princípio do devido processo legal previsto expressamente no inciso LV do mesmo artigo).

Gira em torno deste princípio, um outro, que também é de fundamental importância que é o princípio da razoável duração do processo, que também está positivado em nossa Constituição, art. 5º, inciso LXXVIII<sup>58</sup>, introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004.

Esses princípios estão atrelados entre si, pois de nada adianta se as pessoas têm acesso à justiça, mas essa justiça não consegue atendê-las de forma rápida (um prazo razoável) e satisfatória suas demandas.

Ouvidos os apelos da sociedade que não mais suportava (e ainda não suporta) uma justiça morosa, o legislador tratou de inserir esse dispositivo jurídico na Constituição (através da EC 45/2004), pois de nada serve o acesso à justiça (justiça prestada pelo Estado) se este não for efetivo, tempestivo e adequado, vez que este é objetivo principal de quem necessita do auxílio do Estado para solucionar suas lides.

---

<sup>56</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini (1998, p. 9) apud DIETRICH, Andrea Morgado. **O princípio do acesso à justiça**: visão formal e a aplicação da fungibilidade entre as tutelas de urgência. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16843530/Oprincipio-do-Acesso-a-Justica>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

<sup>57</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini (1998, p. 9) apud DIETRICH, Andrea Morgado. **O princípio do acesso à justiça**: visão formal e a aplicação da fungibilidade entre as tutelas de urgência. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16843530/Oprincipio-do-Acesso-a-Justica>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

<sup>58</sup> Art. 5º, inciso LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Ainda, há a necessidade de se entender a insatisfação da sociedade em relação a morosidade da justiça em atender seus pleitos. Existem problemas enfrentados pelo Poder Judiciário que são desconhecidos pela sociedade, e às vezes nem sua culpa é, pois a maioria da população desconhece as leis em que estão submetidos, e o Judiciário apenas cumpre a legislação, que muitas vezes estas leis são quem torna esse tempo mais longo (prazos longos, muitos recursos etc), mas mesmo assim o legislador estava preocupado com a sociedade e assim o fez (introduziu a EC 45/2004).

Nesse sentido, Cândido Rangel Dinamarco<sup>59</sup> explica seu ponto de vista em relação ao princípio em comento:

O direito moderno não se satisfaz com a garantia da ação como tal e por isso é que procura extrair da formal garantia desta algo de substancial e mais profundo. O que importa não é oferecer ingresso em juízo, ou mesmo julgamento de mérito. Indispensável é que, além de reduzir os resíduos de conflitos não jurisdicionáveis, possa o sistema processual oferecer aos litigantes resultados justos e efetivos, capazes de reverter situações injustas. Tal é a idéia de efetividade da tutela jurisdicional, coincidente com a plenitude do acesso à justiça e a de processo civil de resultados.

Neste contexto, Luiz Guilherme Marinoni<sup>60</sup> defende a idéia de que o direito a tutela jurisdicional efetiva e tempestiva consistia um direito fundamental:

A sua importância (do art. 5º, inciso XXXV, da CF/88), dentro da estrutura do Estado Democrático Direito, é de fácil assimilação. É sabido que o Estado, após proibir a autotutela, assumiu o monopólio da jurisdição. Como contrapartida desta proibição, conferiu aos particulares o direito de ação, até bem pouco tempo compreendido como direito a solução do mérito.

A concepção de direito de ação como direito a sentença de mérito não poderia ter vida muito longa, uma vez que o julgamento do mérito somente tem importância – como deveria ser óbvio – se o direito material envolvido no litígio for realizado – além de reconhecido pelo Estado-juiz. Neste sentido, o direito a sentença deve ser visto como direito ao provimento e aos meios executivos capazes de dar efetividade ao direito substancial, o que significa direito a efetividade em sentido estrito.

Mas, não há como esquecer, quando se pense no direito a efetividade em sentido lato, de que a tutela jurisdicional deve ser tempestiva e, em alguns casos, ter a possibilidade de ser preventiva.

<sup>59</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 798.

<sup>60</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. O direito a tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 378, jul. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5281/o-direito-a-tutela-jurisdicional-efetiva-na-perspectiva-da-teoria-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

O art. 5º da Constituição Federal, em todos os seus incisos, traz princípios e garantias fundamentais aos direitos dos cidadãos e, assim sendo, como os direitos nunca são reduzidos e sim podem majorados, eles compõem as cláusulas pétreas do ordenamento jurídico brasileiro, devendo sempre ser atendidos da melhor forma possível para que nunca cause prejuízos irreparáveis aos brasileiros e aos que aqui vivem e respeitam o Brasil.

### 3 QUESTÕES POLÊMICAS RELATIVAS À PENHORA “ON LINE”

A preocupação com a morosidade da justiça existe há algumas décadas e o clamor social por uma justiça mais célere vem aumentando a cada dia que passa, pois, como se sabe, uma justiça tardia muitas vezes não é justiça. Tem-se presenciado quão árdua é a tarefa de compor um conflito levado à justiça em tempo razoável, o que traz graves consequências à sociedade, porquanto incute nos cidadãos uma falta de confiança no Poder Judiciário (deve-se esclarecer que, muitas vezes a culpa não é do Poder Judiciário, pois ele somente cumpre as leis que são elaboradas pelo Poder Legislativo) e estimula a realização de formas não legítimas de solução de conflitos, ou seja, os cidadãos acabam fazendo a chamada “justiça pelas próprias mãos”, o que chega até mesmo a atrapalhar a economia do país, já que empresas multinacionais acabam receosas de realizar transações no Brasil por falta de confiança na Justiça brasileira<sup>61</sup>.

Desse modo, pode-se dizer que existe um interesse social na aplicação de meios que dêem efetividade ao processo, tanto é assim que a Constituição Federal, por meio da Emenda 45/2004, erigiu à garantia fundamental do cidadão “a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (art.5º, LXXVIII, da CF).

O modo anterior como era feita a penhora em dinheiro beneficiava o devedor em razão da demora na efetivação da medida, que era realizada através de mandado a ser cumprido por oficial de justiça ou de ofício encaminhado pelo correio e, muitas vezes, durante o trâmite, o devedor tomava conhecimento da medida que fora determinada e retirava o dinheiro de sua conta. Sabe-se que por vezes o próprio gerente do banco informava ao devedor, seu cliente, sobre a constrição, dando-lhe oportunidade de evitá-la, burlando a justiça e o credor.

Assim é que a penhora “on line” surgiu como um grande passo na busca da tutela jurisdicional efetiva, possibilitada pelos avanços tecnológicos, além de desestimular medidas protelatórias na execução e aumentar o prestígio e a confiabilidade das decisões judiciais.

---

<sup>61</sup> BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. A penhora on line após do advento da Lei 11382/2006. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 154, ano 32, p.139, dez. 2007.



Entretanto, apesar de dar eficácia e celeridade aos processos judiciais, a penhora “*on line*” trouxe alguns questionamentos, diante do seu aparente confronto com princípios e garantias que devem ser observados no curso processual, quais sejam: a garantia constitucional do sigilo bancário; o princípio da menor onerosidade ao devedor; a impenhorabilidade de salários e de faturamento de empresas; e ainda o princípio do acesso à justiça e da razoável duração do processo.

### 3.1 Questões polêmicas relacionadas à quebra do sigilo bancário

Conforme citado anteriormente, o sigilo bancário é uma garantia constitucional (art. 5º, X e XII), e conforme Guilherme Goldschmidt, a intenção do legislador, ao redigir tais dispositivos era que o sigilo bancário seria um dever jurídico, imposto as instituições bancárias de não divulgar informações das movimentações bancárias de seus clientes<sup>62</sup>.

A Lei 4595/64, em seu art. 38, excepciona a quebra do sigilo bancário, permitindo que tal aconteça, mas também regulando a forma com que isso pode acontecer, conforme transcrito a seguir:<sup>63</sup>

Art.38. As Instituições financeiras conservarão o sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas da causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 7º A quebra de sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeito os responsáveis à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, aplicando-se no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Além da Lei 4595/64, há também a Lei Complementar 105/2001, que regula o sigilo bancário e permite ao Magistrado a sua quebra, em casos específicos, e o acesso restrito às partes do processo e seus respectivos advogados.

<sup>62</sup> GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line do direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 74.

<sup>63</sup> BRASIL. **Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <[http://guiadosconcurseiros.net/downloads/legislacao/Lei\\_4.595.pdf](http://guiadosconcurseiros.net/downloads/legislacao/Lei_4.595.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Antes do advento do mecanismo da penhora eletrônica, o Poder Judiciário já requisitava informações à Receita Federal sobre declaração de bens dos devedores, informações estas de caráter sigiloso e que, na prática cartorária, deveriam ser arquivada em pasta própria, fora dos autos, delas podendo ter acesso apenas as partes e seus procuradores. Via-se, também, a requisição de extratos de contas bancárias de uma das partes do processo, a fim de fazer prova nos autos, não para fins de bloqueio de valores, os quais deveriam receber o tratamento das informações sigilosas.

Importante ressaltar que pelo sistema Bacen Jud o magistrado, previamente cadastrado e dotado de senha pessoal, não pode acessar diretamente as contas dos devedores. O que acontece na prática do sistema, já com as alterações implementadas em 29/02/2008, é que ele pode pedir informações sobre endereço, saldo disponível nas contas, relativo a valores passíveis de bloqueio, limitado ao valor da execução ou saldo consolidado de valores passíveis de bloqueio através do sistema, ou seja, “*on line*”, as quais são respondidas, também via sistema Bacen Jud.

Quanto ao pedido de informações sobre extratos de contas corrente, de poupança ou de investimento, de aplicações financeiras e de outros ativos bloqueáveis, são feitos através do sistema, mas são respondidas fora do sistema, encaminhadas em até 30 (trinta) dias de forma segura e confidencial, observando o sigilo bancário, nos termos do §2º do art. 15 do Regulamento do Bacen Jud 2.0.

O certo é que não há ferimento da privacidade do devedor, pois a penhora recai sobre quantia determinada, não se constituindo como uma devassa na vida econômica daquele e quanto às informações sobre extratos, estas ficam disponíveis apenas às partes e seus procuradores, nos termos do que determina a Lei Complementar 105/2001.

Por outro lado, não se pode permitir um estado eterno de insolvência a pretexto de proteger a intimidade do devedor que possui recursos para solver o débito, pois do outro lado está o direito do credor de ter seu crédito satisfeito.

O STJ tem admitido a quebra de sigilo fiscal e bancário para fins de localização de bens do devedor, desde que esgotados outros meios. Assim, confirmam-se:

EXECUÇÃO FISCAL – PENHORA – PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE (ART. 620 DO CPC) – ESGOTADOS OS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS – REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 7/STJ. 1. O STJ admite a quebra do sigilo fiscal ou bancário do executado para que a Fazenda Pública obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente; mas, somente após esgotadas todas as tentativas de obtenção dos dados pela via extrajudicial, o que não ficou demonstrado nos autos. 2. A comprovação de que foram exauridas as tentativas de encontrar bens penhoráveis, como requer a recorrente, demanda o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal em vista do óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.<sup>64</sup>

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SOLICITAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. INDEFERIMENTO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. ACÓRDÃO HARMÔNICO COM A ORIENTAÇÃO DESTA CORTE.

1. O acórdão recorrido, ao reconhecer a absoluta excepcionalidade da expedição de ofício às instituições bancárias para localização de bens passíveis de penhora, requerida pela agravante, alinha-se ao entendimento iterativo desta Corte sobre a matéria. Precedentes.
2. Vale ressaltar que, na espécie, o Tribunal de origem não identifica qualquer elemento incomum capaz de justificar o afastamento da garantia legal. 2. Agravo regimental desprovido.<sup>65</sup>

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *ON LINE*. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Admite-se, em situações excepcionais, a quebra do sigilo fiscal ou bancário do executado para que se obtenha informações sobre a existência de bens do devedor inadimplente.
2. Infirmar as conclusões a que chegou o acórdão recorrido acerca da inexistência de bens desembaraçados e que poderiam substituir os ativos financeiros bloqueados demandaria a incursão na seara fático-probatória dos autos, tarefa soberana às instâncias ordinárias, o que impede a cognição da pretensão recursal, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.
3. Agravo regimental não provido.<sup>66</sup>

No Tribunal de Justiça do Distrito Federal o entendimento predominante é de que a penhora “*on line*” não importa em quebra ilegal do sigilo bancário, havendo jurisprudência, no entanto, no sentido de que, por representar quebra do sigilo, somente deve ser usada após exauridos outros meios de localização de bens do devedor. Vejam-se alguns julgados:

<sup>64</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **AgRg no REsp 1041181/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Humberto Martins. São Paulo, SP, 27 maio 2008. DJ de 05.06.2008.

<sup>65</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma. **AgRg no Ag 845.365/RS**. Ementa:[...] Rel.: Ministro Fernando Gonçalves. Rio Grande do Sul, RS, 12 fev. 2008. DJ de 25.02.2008. p. 1.

<sup>66</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **AgRg no Ag 975.349/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Castro Meira. São Paulo, SP, 05 ag. 2008. DJ de 19.08.2008.

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -  
ACOLHIMENTO - EXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

1. As embargantes atribuem vício de omissão ao julgado consubstanciado na ausência de análise quanto à suscitada violação ao artigo 520, do Código de Processo Civil e artigo 5º, incisos X e XII, da Constituição Federal. Com efeito, ainda que de passagem, em suas razões recursais, as embargantes fazem expressa alusão à infringência ao princípio da menor onerosidade do processo executivo, contemplado pelo artigo 620, do Código de Processo Civil e ofensa à inviolabilidade do sigilo bancário prevista no artigo 5º, inciso X e XII, da Constituição Federal.

2. O entendimento jurisprudencial deste Egrégio Tribunal e do Colendo STJ sempre admitiu a penhora de ativos financeiros, sem que esta fosse tida como modo mais gravoso ao devedor. Aliás, forçoso destacar que a lei processual coloca o dinheiro em primeiro lugar na ordem de preferência, consoante o art. 655, I do CPC. Com o advento da Lei n.º 11.382, de 06 de dezembro de 2006, tratou, o legislador, da questão de forma expressa, conforme art. 655-A do CPC, objetivando garantir celeridade e efetividade à justiça.

3. A penhora eletrônica de dinheiro em depósito não enseja quebra ilegal do sigilo bancário do devedor. A inviolabilidade argüida não é absoluta e deve coexistir em harmonia com o direito do exequente de informar-se sobre os bens penhoráveis de modo a assegurar a satisfação de seu crédito e obtenção de tutela jurisdicional efetiva. A requisição judicial encontra respaldo no artigo 655-A, do Código de Processo Civil. Atualmente, foge à razoabilidade sujeitar-se a penhora eletrônica ao prévio exaurimento de outros bens passíveis de constrição. Entendimento contrário implicaria em indevida subversão da gradação legal, transferindo-se o dinheiro da primeira para a última opção.

4. Recurso conhecido e provido.<sup>67</sup>

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA "ON LINE". LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS. EXAURIMENTO. PRESCINDIBILIDADE.

1. A legislação processual não faz qualquer ressalva acerca da aplicabilidade da penhora "on-line", de modo a restringir sua utilização apenas para as hipóteses em que o credor esgotar todos os meios possíveis na tentativa de localizar outros bens passíveis de penhora. 2. A requisição de informações junto ao Banco Central do Brasil tem por único escopo a aferição da existência de numerário suficiente para fazer frente à execução, tornando efetiva a penhora. Tal fato não configura quebra ilegal do sigilo bancário, desde que preservado o acesso restrito dos dados às partes, que não poderão servir-se das informações para fins estranhos à lide (Lei Complementar n. 105/01).

3. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.<sup>68</sup>

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA ELETRÔNICA. BLOQUEIO DE NUMERÁRIO. LEGALIDADE. ART. 655-A, CPC.

<sup>67</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 5ª Turma Cível. **20070020092593AGI**. Ementa: [...] Rel.: Donizeti Aparecido. Brasília, DF, 27 fev. 2008. DJ de 28.05.2008. p. 214.

<sup>68</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20070020107323AGI**. Ementa: [...] Rel.: Nídia Corrêa Lima. Brasília, DF, 28 nov. 2007. DJ de 12 fev. 2008. p. 1872.

1. Não configura ilegalidade a efetivação de penhora eletrônica incidente sobre numerário mantido pelo devedor, até o limite da execução, a fim de garantir a satisfação do crédito, não havendo falar em proteção do sigilo bancário, ante a expressa previsão do Artigo 655-A, §1º, do CPC.
2. Recurso não provido<sup>69</sup>.

No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a jurisprudência dominante é no sentido de que a penhora “*on line*” representa quebra de sigilo bancário e somente pode ser usada em situações excepcionais e após esgotadas as demais diligências para localização de bens do devedor passíveis de constrição. Confirmam-se os julgados do Egrégio TJRS a respeito do tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. REALIZAÇÃO DE PENHORA *ON LINE*. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO BACEN-JUD PARA BLOQUEIO DE ATIVOS. POSSIBILIDADE DO JUIZ, A REQUERIMENTO DA EXEQUENTE, REQUISITAR À AUTORIDADE SUPERVISORA DO SISTEMA BANCÁRIO, INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE ATIVOS EM NOME DO EXECUTADO. EXEGESE DO ART. 655, "A". AUSÊNCIA DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. É legal a pretensão da exequente de efetivação de penhora *on line*, após informações requisitadas por meio eletrônico sobre a existência de ativos do executado, a fim de garantir o cumprimento da obrigação de alimentos. Ditas informações não configura quebra de sigilo bancário, porquanto prevista em lei processual para garantia da execução. AGRAVO PROVIDO.<sup>70</sup>

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E PENHORA *ON LINE*. BACEN-JUD. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. O bloqueio de contra corrente, com o fim de realizar penhora *on line*, somente é possível em casos excepcionais, após restarem infrutíferas as diligências para localização de bens passíveis de constrição. Caso concreto em que a parte exequente não comprovou ter diligenciado, recentemente, nesse sentido, junto aos órgãos públicos a seu alcance. Decisão denegatória do pedido confirmada. Precedentes desta Corte e do Egrégio STJ. Decisão mantida. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO DO RELATOR.<sup>71</sup>

Corroborando ainda com o pensamento de relativização de uma garantia fundamental, pois o direito ao sigilo bancário, conforme visto anteriormente, está no rol do

<sup>69</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma Cível. **20070020088628AGI**. Ementa: [...] Rel.: Cruz Macedo. Brasília, DF, 17 out. 2007. DJ de 22.11.2007. p. 349.

<sup>70</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 7ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022228811**. Ementa: [...] Rel.: André Luiz Planella Villarinho. Rio grande do Sul, 12 mar. 2008.

<sup>71</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 18ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70026120436**. Ementa: [...] Rel.: Pedro Celso Dal Pra. Rio Grande do Sul, RS, 01set. 2008.

artigo 5º da Constituição Federal, e que ainda leva o status de cláusula pétrea, o pensamento do Ministro do STF Celso de Mello em seu voto no MSMC 23639/DF<sup>72</sup>:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimem, ainda que excepcionalmente, a adoção por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitadas os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e considerando o substrato ético que as informa – permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento de ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

Como se verificou, a ordem pública está acima dos direitos e garantias fundamentais, pois o direito coletivo sobrepuja o direito particular, trazendo consigo a mitigação dos direitos elencados no art. 5º da Constituição Federal.

### **3.2 Questões polêmicas relacionadas ao princípio da menor onerosidade para o devedor**

Na execução, existem dois princípios norteadores mais importantes:

- a execução se faz buscando a sua máxima efetividade;
- busca-se preservar o quanto possível o devedor, impondo-lhe, sempre que possível, o menor sacrifício.

Tais princípios devem ser equilibrados, a fim de que não seja frustrado o direito do credor e não seja sacrificado o patrimônio do devedor além do razoável e necessário. Igualmente, há que ser verificada a boa-fé do devedor para aplicação do princípio da menor onerosidade.

Há que se conformar o art. 620 do CPC com o sistema executivo atual e com o clamor social por um processo mais rápido efetivo.

---

<sup>72</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Acompanhamento processual**: MS 23639 – Mandado de segurança. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1806164>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

Em vários artigos do CPC relativos à execução vê-se a preocupação do legislador em aplicar o princípio insculpido no artigo 620 do mesmo diploma legal, como por exemplo o art. 685, I, que possibilita a redução da penhora ou a transferência para outros bens, o art. 686, §3º, que prevê a dispensa da publicação de editais, dentre outros dispositivos, inclusive o art. 655, que estabelece a ordem de penhora, foi elaborado de acordo com o princípio da menor onerosidade para o devedor. A penhora de dinheiro é a forma mais célere e menos onerosa para o executado.

Assim, é incorreto afirmar que a penhora “*on line*” fere o princípio da menor onerosidade para o devedor, pois ela evita uma série de procedimentos e incidentes processuais, tais como realização de avaliação, nomeação de depositário, intervenção de leiloeiro, publicação de editais, alegações de fraude à execução, registro de penhora, dentre outros, que resultam em despesas que vão ser de responsabilidade do devedor.

Confira a decisão do Resp 528227-RJ, Resp 390116-SP:

É possível a penhora recair sobre saldo existente em conta-corrente sem que ocorra ofensa ao princípio da menor onerosidade para o devedor. – A discussão sobre a forma como realizada a penhora – se mais gravosa ou não ao executado – requer reexame de provas [...] <sup>73</sup>.

A reforma da execução de título extrajudicial, com o advento da Lei 11.382/2006, além de regulamentar a penhora “*on line*”, vai de encontro à visão que se tinha de que o devedor é a parte frágil do processo e que incumbe ao credor todo o ônus de localizar bens penhoráveis.

A jurisprudência dominante no STJ, assim como no TJDF e no TJRS, entende que a penhora “*on line*” não fere o princípio insculpido no art. 620 do CPC. A propósito, confirmam-se os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – PENHORA *ON LINE* – EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA – SÚMULA 7/STJ. 1. Acórdão recorrido que, após terem sido frustrados dois leilões e não ter havido indicação de outros bens pelo executado, autorizou a penhora *on line* de dinheiro em contas do devedor, resguardando o sigilo bancário e o cumprimento das obrigações comerciais e trabalhistas da empresa. 2. Discussão sobre a oportunidade de oferecer outros bens e sobre liquidez dos

<sup>73</sup> BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. A Penhora on line após do advento da Lei 11382/2006. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 154, ano 32, p. 152, dez. 2007.

bens oferecidos à penhora que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 3. O STJ tem entendido possível, em situações excepcionais, a penhora *on line* de créditos do executado, sem que isso importe em violação do princípio da menor onerosidade e nem da gradação prevista no art. 655 do CPC. 4. Recurso especial não provido<sup>74</sup>.

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA *ON LINE*. POSSIBILIDADE. MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR. ARTS. 620 E 655 DO CPC. 1 - Conforme a pacífica jurisprudência desta Corte, a determinação de penhora *on line* não ofende a gradação prevista no art. 655 do CPC e nem o princípio da menor onerosidade da execução disposto no art. 620 do CPC. Precedentes. 2 - Agravo regimental desprovido<sup>75</sup>.

PROCESSUAL CIVIL RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. Nomeação de bens à penhora. Intempestividade. Indicação pelo credor. Depósitos realizados em conta corrente. Penhora. Possibilidade. Quando o devedor não nomeia bens à penhora no momento oportuno, o direito de fazê-lo é transferido ao credor. Não se configura ofensa ao princípio da menor onerosidade da execução para o devedor o fato de a constrição patrimonial recair sobre valores depositados em sua conta corrente<sup>76</sup>.

Verifica-se, com a doutrina e os julgados, que, com a utilização do sistema Bacen Jud não há ferimento ao princípio da menor onerosidade do devedor, pois, a utilização do sistema traz ao processo menor custo.

### 3.3 Questões polêmicas relacionadas à impenhorabilidade de salário e da conta depósito de empresas

O salário, segundo a regra do art. 649, IV do CPC, é absolutamente impenhorável.

Ao se realizar o bloqueio de valores em contas bancárias do devedor via Bacen Jud, não há como separar o que é proveniente de salário e o que não é, havendo possibilidade de ser penhorado o salário do devedor, muitas vezes até o salário inteiro, dependendo do valor do débito.

<sup>74</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **REsp 893.314/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Eliana Calmon. São Paulo, SP, 17 abr. 2008. DJ de 06.05.2008.

<sup>75</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma. **AgRg no Ag 935.082/RJ**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Fernando Gonçalves. Rio de Janeiro, RJ, 19 fev. 2008. DJ de 03.03.2008.

<sup>76</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **REsp 332584/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Nancy Andrighi. São Paulo, SP, 12 nov. 2001. DJ de 18.02.2002. p. 422.



Na prática, vê-se que, realizado o bloqueio do salário do devedor ou de parte dele, este comparece incontinenti em juízo a fim de solicitar o desbloqueio, munido dos documentos necessários à comprovação do caráter salarial da verba penhorada, nos termos do §2º do art. 655 do CPC. Dessa forma, no prazo de 48 horas haverá o desbloqueio do referido valor.

Não obstante a previsão de impenhorabilidade absoluta dos salários, tem-se presenciado uma tendência dos aplicadores do direito de permitir a penhora de percentual sobre a remuneração do executado, de forma a compatibilizar o direito que o credor tem de ver seu crédito satisfeito, sem que isso prejudique a subsistência do devedor e de sua família.

No STJ verifica-se a existência de entendimento contrário e favorável a penhora de parte do salário do devedor. Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA-CORRENTE DESTINADA AO RECEBIMENTO DE APOSENTADORIA POR PARTE DO DEVEDOR - IMPOSSIBILIDADE, RESSALVADO O ENTENDIMENTO PESSOAL DO RELATOR - RECURSO IMPROVIDO. 1. É inadmissível a penhora parcial de valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de salário ou aposentadoria por parte do devedor - Precedentes; 2. Agravo regimental improvido <sup>77</sup>.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. FAMÍLIA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. ART. 649, IV E VII, DO CPC. PENHORA DA INTEGRALIDADE DO VALOR DA APOSENTADORIA. INADMISSIBILIDADE. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO EM PERCENTUAL QUE POSSIBILITE A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO-ALIMENTANTE. - Os proventos líquidos de aposentadoria podem ser penhorados para pagamento de execução de pensão alimentícia, não obstante o inc.VII, do art. 649, do CPC silencie a esse respeito. - Para pagamento de prestação alimentícia, não pode ser penhorada a integralidade dos proventos líquidos de aposentadoria, mas apenas um percentual que permita o indispensável à subsistência do executado-alimentante; que, na espécie, é fixado em 66% dos proventos líquidos da aposentadoria mensal do recorrente. Recurso especial provido apenas para adequação do percentual da penhora <sup>78</sup>.

No TJDF, o entendimento dominante é no sentido de admitir a penhora de parte do salário do devedor, a teor dos seguintes arestos que a seguir transcrevem-se:

<sup>77</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **AgRg no REsp 1023015/DF**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Massami Uyeda. Brasília, DF, 19 jun. 2008. DJ de 05.08.2008.

<sup>78</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **REsp 770.797/RS**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Nancy Andrighi. Rio Grande do Sul, RS, 29 nov. 2006. DJ de 18.12.2006. p. 377.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENHORA "ON-LINE". SALÁRIO DEPOSITADO NA CONTA CORRENTE DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO A 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE OS VALORES DEPOSITADOS.

01. É possível a penhora sobre valores depositados em conta-corrente, ainda que provenientes de salário, desde que limitada a 30% (trinta por cento), de modo a não representar uma onerosidade excessiva ao executado, bem assim para que a satisfação do crédito do exeqüente se torne efetiva. Precedentes desta Corte de Justiça e do colendo Superior Tribuna de Justiça.

02. Diante das condições pessoais da agravante, mormente o valor de seus rendimentos, o limite de desconto deve ser de 20% (vinte por cento), de modo a não comprometer a sua subsistência e de sua família.

03. Agravo de Instrumento conhecido e parcialmente provido<sup>79</sup>.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA EM CONTA SALÁRIO DO DEVEDOR. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A despeito da redação contida no inciso IV do art. 649 do Código de Processo Civil, a jurisprudência tem reconhecido a possibilidade de penhora sobre percentual de valores existentes em conta corrente destinada ao recebimento de salários, desde que o credor já tenha esgotado outros meios menos gravosos, sem sucesso. 2. A penhora deve se dar no percentual razoável de 30% (trinta por cento) a fim de que os devedores possam prover a subsistência com o restante. 3. Recurso provido em parte.<sup>80</sup>

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. CONTA-CORRENTE. SALÁRIO. I - O devedor não prova que a conta-corrente é destinada exclusivamente para depósito de salário. Não indica bens, tampouco manifesta interesse no pagamento.

II - A penhora de dinheiro está em consonância com o disposto nos arts. 655 e 655-A do CPC, bem como é o meio apto a garantir a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional, desde que limitada a 30%, do dinheiro depositado em conta-corrente.

III - Agravo de instrumento provido<sup>81</sup>.

No TJRS, a jurisprudência é unânime quanto à impenhorabilidade absoluta dos salários, somente admitindo a penhora quando a verba exeqüenda também tiver caráter alimentar. Confirmam-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORA SOBRE CONTA ONDE O DEVEDOR RECEBE SALÁRIO. POSSIBILIDADE, DIANTE DA NATUREZA ALIMENTAR TANTO DO CRÉDITO COMO DO VALOR A SER PENHORADO, PRESERVADO LIMITE. Conforme

<sup>79</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20080020064907AGI**. Ementa: [...] Rel.: Nídia Corrêa Lima. Brasília, DF, 27 ago. 2008. DJ de 09 set. 2008. p. 84.

<sup>80</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20080020063066AGI**. Ementa: [...] Rel.: Mario-Zam Belmiro. Brasília, DF, 16 jul. 2008. DJ de 22 ago. 2008. p. 58.

<sup>81</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 1ª Turma Cível. **20080020055664AGI**. Ementa: [...] Rel.: Vera Andrighi. Brasília, DF, 02 jul. 2008. DJ de 12.08.2008. p. 97.

atual entendimento do colendo STJ, os honorários, independente da origem, sucumbenciais ou contratuais, configuram remuneração ao trabalho do advogado, sendo, destarte, verba de natureza alimentar. Em razão da natureza alimentar dos honorários advocatícios, é viável que a penhora recaia sobre a conta onde o devedor recebe proventos de aposentadoria, desde que penhorado percentual que não comprometa a subsistência do devedor. Inteligência do art. 649, IV, § 2º, do CPC. Precedentes jurisprudenciais. AGRADO PROVIDO. UNÂNIME<sup>82</sup>.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. NUMERÁRIO. SALÁRIO. IMPENHORABILIDADE. Inviável a penhora de numerário existente em conta-corrente, porquanto restou demonstrado nos autos que se trata de conta destinada a receber o salário da parte agravada. Preservação de caráter alimentar. Decisão hostilizada mantida. AGRADO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO<sup>83</sup>.

Quanto às hipóteses em que a penhora “*on line*” recai em contas de pessoas jurídicas, tratando-se de valores relativos ao faturamento da empresa e que são utilizados para pagamento de fornecedores, empregados, encargos fiscais, dentre outras despesas, devidamente comprovadas nos autos, o valor bloqueado é liberado ou reduzido a um percentual que não inviabilize a atividade empresarial. Aliás, a penhora sobre percentual do faturamento de empresa já era prevista expressamente no inciso VII, do art. 655 do CPC.

Veja-se o entendimento do TJDF a respeito:

AGRADO DE INSTRUMENTO. PENHORA INCIDENTE EM CONTA-CORRENTE. OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30% (TRINTA POR CENTO). RAZOABILIDADE.

I - A incidência da penhora limitada a 30% (trinta por cento) do faturamento mensal da executada, até completar o valor devido, configura limite razoável à satisfação do crédito do exequente e é promovida de forma menos onerosa para o devedor.

II - O entendimento jurisprudencial favorável à constrição judicial do faturamento mensal da empresa no patamar fixado garante o seu funcionamento normal, de forma a não colocar em risco a continuidade de suas atividades, principalmente no tocante ao pagamento dos salários e encargos fiscais. Precedentes.

III - Agrado de Instrumento parcialmente provido<sup>84</sup>

Algumas decisões proferidas no TJRS a respeito da matéria:

<sup>82</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 16ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022843023**. Ementa: [...] Rel.: Helena Ruppenthal Cunha. Rio Grande do Sul, RS, 02 abr. 2008.

<sup>83</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 19ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70024677452**. Ementa: [...], Rel.: José Francisco Pellegrini. Rio Grande do Sul, RS, 19 ag. 2008.

<sup>84</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 6ª Turma Cível. **20070020088813AGI**. Ementa: [...] Rel.: Roberto Santos. Rio Grande do Sul, RS, 19 set. 2007. DJ de 27.11.2007. p. 271.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. BRASIL TELECOM. SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA *ON LINE* POR DEPÓSITO EM DINHEIRO. INVIABILIDADE NO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS PREVISTOS NO § 2º DO ART. 655-A DO CPC, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI 11.382, DE 06-12-2006. SIMPLES RAZÕES DE ECONOMIA INTERNA DA EMPRESA AGRAVANTE QUE NÃO JUSTIFICAM A SUBSTITUIÇÃO PRECONIZADA. AUSÊNCIA DE QUALQUER RISCO DE ABALO ÀS ATIVIDADES DA BRASIL TELECOM, EMPRESA SÓLIDA E DE GRANDE PORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO LIMINARMENTE, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, MEDIANTE DECISÃO MONOCRÁTICA<sup>85</sup>.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 557, CAPUT, DO CPC. EXECUÇÃO. PENHORA *ON LINE* NO PERCENTUAL DE 30% SOBRE O SALDO. CONTA-CORRENTE DA EMPRESA EXECUTADA. POSSIBILIDADE. Negado seguimento ao recurso.<sup>86</sup>

Apesar de ser norma cogente, devidamente inserida no Código de Processo Civil, a impenhorabilidade dos salários está mitigada como demonstrado pela doutrina e jurisprudência, pois o credor não pode ficar sem ter seu crédito satisfeito em contra-partida da proteção do devedor, que por sua vez não terá todo o seu salário penhorado em virtude do princípio da dignidade da pessoa humana. O mesmo acontecendo com as verbas das empresas executadas, pois o seu dinheiro poderá ser penhorado, mas somente o que não a deixe descapitalizada, podendo assim, cumprir com sua função social.

### **3.4 Questões polêmicas relacionadas ao princípio do acesso à justiça e o princípio à razoável duração do processo**

O acesso à justiça é um direito expresso na Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, XXXV, esse princípio pressupõe que todos, de forma indiscriminada, terão acesso à justiça, desde que tenha direito material lesado, e cumpra com as formalidades exigidas pela lei processual.

O acesso à justiça positivado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental que qualquer cidadão possui, mas parece ser nítida a mera formalidade desse direito em contraposição à dimensão dos óbices postos à consecução da

<sup>85</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 1ª Câmara Especial Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022178354**. Ementa: [...] Rel.: Miguel Ângelo da Silva. Rio Grande do Sul, RS, 19 nov. 2007.

<sup>86</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. 19ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70020338000**. Ementa: [...] Rel.: Mário José Gomes Pereira. Rio Grande do Sul, RS, 28 jun. 2007.

justiça, e ainda, são tamanhas as dificuldades enfrentadas para a obtenção da prestação jurisdicional ofertada pelo Estado.

Não se deve confundir acesso à justiça com acesso aos tribunais, pois de nada adianta o cidadão, que teve seu direito desrespeitado, ter acesso aos tribunais e não ter acesso a um julgamento justo e com uma duração razoável de tempo, tempo este que se não for também atendido causará injustiça.

“Vou procurar por meus direito”, proclama a vítima, é a frase que resume o conhecimento do cidadão de um direito que ele tem (que está na Constituição Federal e muitas vezes o cidadão nem tem este conhecimento, mas sabe que ele existe em algum lugar), e “vá procurar por seus direitos”, ironiza o infrator, que sabe que o trabalho da justiça, muitas vezes, é lento porque está abarrotado de processos a serem julgados, e com isso conta, muitas vezes, com a certeza da impunidade.

Mas também está insculpido na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LXXVIII, texto incluído pela Emenda Constitucional 45/04, que diz “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

De forma resumida, Candido Rangel Dinamarco<sup>87</sup>, faz a seguinte colocação:

O processo como instrumento de pacificação social deve ser capaz de produzir resultados efetivos na vida das pessoas (efetividade da tutela jurisdicional), como também de fazê-lo logo (tempestividade) e mediante soluções aceitáveis segundo o direito posto e a consciência comum da nação (justiça).

Mas também a celeridade processual, erigida como garantia fundamental positivada na Constituição Federal, só terá eficácia se for compatibilizada com o princípio do devido processo legal, também garantia fundamental insculpido no art. 5º, LIII, LIV e LV<sup>88</sup>, que em seu enunciado reúne algumas das demais garantias processuais, tais como: ampla defesa, contraditório, e ainda compatibilizado com o princípio da razoabilidade. E ainda, os

---

<sup>87</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. **A reforma da reforma**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 29.

<sup>88</sup> Art.5º, LIII ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente; LIV ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; LV aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes [...].

princípios devem ser interpretados à luz dos valores vigentes à época, que é a tônica da Teoria Tridimensional do Direito, de Miguel Reale, embasada no trinômio, fato, valor e norma.

A busca por uma prestação jurisdicional célere e eficaz é um ideal perseguido pelo Poder Judiciário, mas que esbarra em burocracia e leis que trazem justamente o contrário, o excesso de formalismo, o excesso de recursos e outros, fazem com que a pessoa interessada em fazer o processo andar de forma lenta, consiga procrastinar o andamento do processo, trazendo ainda mais prejuízo a quem procura a justiça para solucionar seus conflitos. Fazendo desta forma, com que a demora na justiça traga a ele, mais uma injustiça.

Neste sentido, é o entendimento jurisprudencial:

A informalidade e a celeridade do processo judiciário trabalhista, nunca podem esbarrar nos cânones constitucionais contidos nos incisos LV, do artigo 5º. e IX, do art. 93, sob pena de eivar a prestação jurisdicional. Informalidade não é ligeireza no trato. Celeridade não é insegurança na prestação<sup>89</sup>.

Assim é que, com a finalidade de se assegurar a tutela jurisdicional de maneira célere e efetiva que, se traduz no Estado Democrático de Direito, cuja característica fundamental consiste em superar as desigualdades sociais e instaurar um regime democrático que efetivamente realize justiça social, a legislação processual civil, desde 1994, tem sofrido alterações, sendo receptivo às novas tendências do direito moderno.

---

<sup>89</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Regional do Trabalho. 4ª Turma. **Acórdão Num: 20020587656**. Ementa: [...] Rel.: Ricardo Verta Ludovice. São Paulo, SP, Decisão: 03 set. DJ de 13.09.2002.

## CONCLUSÃO

A efetividade da jurisdição está intimamente ligada à celeridade processual, sendo ambas previstas como garantias constitucionais (art. 5º, XXXV e LXXVIII da C.F.). Como ensina Rodrigo da Cunha Lima Freire<sup>90</sup>:

Só existe jurisdição efetiva quanto esta é, ao mesmo tempo, tempestiva e eficaz no plano material. Portanto, a efetividade da jurisdição exige que, no menor espaço de tempo possível, o processo confira a quem tem direito tudo aquilo e precisamente aquilo a que faz jus.

A tecnologia tem se mostrado uma importante aliada do Poder Judiciário na tarefa de prestar aos cidadãos uma justiça efetiva. Assim, cabe aos magistrados utilizar-se dessas tecnologias que estão disponíveis como meios de realização de um processo mais justo.

A penhora “*on line*” é uma das medidas possibilitadas pelo avanço tecnológico, que tem demonstrado grande eficácia na satisfação das execuções. Contudo, não se pode deixar de considerar que a mesma é uma medida extrema e que deve ser utilizada com observância do devido processo legal, com contraditório e ampla defesa, bem como de acordo com o princípio da menor onerosidade para o devedor e com a garantia da dignidade da pessoa humana.

Como visto neste estudo, a penhora “*on line*”, não representa uma quebra ilegal do sigilo bancário e nem uma devassa na vida financeira do devedor, pois as ordens de bloqueio limitam-se ao valor objeto da execução e as informações sobre extratos são disponibilizadas apenas às partes e seus procuradores, assim como já se fazia com as declarações de imposto de renda requisitadas da Receita Federal para localização de bens dos devedores.

Ademais, embora aparentemente represente uma maior onerosidade para o devedor, na verdade é uma medida muito mais econômica para o executado em relação a constrição de outros bens que demandam atos dispendiosos para serem transformados em dinheiro e, assim, satisfazer o credor. Na verdade, pode representar uma maior onerosidade

---

<sup>90</sup> FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na sociedade informacional. In: PAESANI, Liliana Minardi (Coord.). **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 301-313.

para aquele devedor que não pretenda pagar o seu débito ou que não pretenda pagá-lo de uma vez, embora tenha saldo suficiente em sua conta bancária para fazê-lo.

Por outro lado, os problemas decorrentes da utilização do mecanismo em comento, como a penhora de salários e de faturamento de empresas, bem como o excesso de penhora, os quais ainda são passíveis de acontecer, podem ser solucionados em um prazo de 48 horas, contados de quando o magistrado determina o desbloqueio do excesso ou dos valores relativos aos salários ou faturamento de empresas. Há, também, a possibilidade do cadastramento de uma conta única para realização de penhora “*on line*”, que evitará os excessos e o bloqueio de valores que possam inviabilizar a subsistência da pessoa física ou atividade da empresa, conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça, de 07 de outubro de 2008.

Importante ressaltar a decisão do Conselho Nacional de Justiça no julgamento do Pedido de Providências nº 200710000015818, que determinou que todos os magistrados estaduais, federais e trabalhistas devem cadastrar-se no sistema Bacen Jud. Tal julgamento teve como relator o conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, o qual afirmou que “penhora *on line* é um instrumento que não pode ser desconsiderado pelo magistrado e decorre do inegável avanço tecnológico que traz maior celeridade e efetividade ao processo de execução”, bem como que aumenta o “prestígio e a confiabilidade das decisões judiciais”.<sup>91</sup>

A Resolução nº 61 do CNJ, determinou em seu artigo 2º, que;

É obrigatório o cadastramento, no sistema BACEN JUD, de todos os magistrados brasileiros cuja atividade jurisdicional compreenda a necessidade de consulta e bloqueio de recursos financeiros de parte ou terceiro em processo judicial.<sup>92</sup>

Assim, os reflexos positivos da penhora “*on line*” suplantam e muito os problemas recorrentes. De modo que, não obstante as imperfeições do sistema, este deve continuar sendo utilizado para a realização de um processo efetivo e célere e, dessa forma, mais justo, que é o que a sociedade tanto almeja.

---

<sup>91</sup> CNJ. **Resolução Nº 61, de 07 de outubro de 2008**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169)>. Acesso em: 23 mar. 2011.

<sup>92</sup> CNJ. **Resolução Nº 61, de 07 de outubro de 2008**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169)>. Acesso em: 23 mar. 2011.



## REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, Fátima Nancy. A gênese do sistema “penhora on line”. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos (Coord.) **Execução civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. O nasceiro do prosônimo penhora on line. **Revista jurídica**, São Paulo, v. 55, n. 361, p. 11-15, nov. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do Bacen Jud**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCJUDESTATISTICAS>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Perguntas freqüentes do Bacen Jud 2.0**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?red-bcj2faq>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Bacen Jud 2.0**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO\\_BACEN\\_JUD\\_2.0\\_24\\_07\\_2009.pdf?idioma=P](http://www.bcb.gov.br/Fis/pedjud/ftp/REGULAMENTO_BACEN_JUD_2.0_24_07_2009.pdf?idioma=P)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sistemas CCS e Bacen Jud**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos\\_poder\\_judiciario/apres4h20101.pdf](http://www.bcb.gov.br/fis/pedjud/ftp/servicos_poder_judiciario/apres4h20101.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. A Penhora on line após do advento da Lei 11382/2006. **Revista de Processo**, São Paulo, n. 154, ano 32, p. 152, dez. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp105.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <[http://guiadosconcurseiros.net/downloads/legislacao/Lei\\_4.595.pdf](http://guiadosconcurseiros.net/downloads/legislacao/Lei_4.595.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 16ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022843023**. Ementa: [...] Rel.: Helena Ruppenthal Cunha. Rio Grande do Sul, RS, 02 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 18ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70026120436**. Ementa: [...] Rel.: Pedro Celso Dal Pra. Rio Grande do Sul, RS, 01 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 19ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70024677452**. Ementa: [...], Rel.: José Francisco Pellegrini. Rio Grande do Sul, RS, 19 ag. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 19ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70020338000**. Ementa: [...] Rel.: Mário José Gomes Pereira. Rio Grande do Sul, RS, 28 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 1ª Câmara Especial Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022178354**. Ementa: [...] Rel.: Miguel Ângelo da Silva. Rio Grande do Sul, RS, 19 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 1ª Turma Cível. **20080020055664AGI**. Ementa: [...] Rel.: Vera Andrighi. Brasília, DF, 02 jul. 2008. DJ de 12.08.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **AgRg no Ag 975.349/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Castro Meira. São Paulo, SP, 05 ag. 2008. DJ de 19.08.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **AgRg no REsp 1041181/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Humberto Martins. São Paulo, SP, 27 maio 2008. DJ de 05.06.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 2ª Turma. **REsp 893.314/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Eliana Calmon. São Paulo, SP, 17 abr. 2008. DJ de 06.05.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20070020107323AGI**. Ementa: [...] Rel.: Nídia Corrêa Lima. Brasília, DF, 28 nov. 2007. DJ de 12 fev. 2008. p. 1872.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20080020063066AGI**. Ementa: [...] Rel.: Mario-Zam Belmiro. Brasília, DF, 16 jul. 2008. DJ de 22 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma Cível. **20080020064907AGI**. Ementa: [...] Rel.: Nídia Corrêa Lima. Brasília, DF, 27 ago. 2008. DJ de 09 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **AgRg no REsp 1023015/DF**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Massami Uyeda. Brasília, DF, 19 jun. 2008. DJ de 05.08.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **REsp 332584/SP**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Nancy Andrighi. São Paulo, SP, 12 nov. 2001. DJ de 18.02.2002..

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 3ª Turma. **REsp 770.797/RS**. Ementa: [...] Rel.: Ministra Nancy Andrighi. Rio Grande do Sul, RS, 29 nov. 2006. DJ de 18.12.2006.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma Cível. **20070020088628AGI**. Ementa: [...] Rel.: Cruz Macedo. Brasília, DF, 17 out. 2007. DJ de 22.11.2007.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma. **AgRg no Ag 845.365/RS**. Ementa:[...] Rel.: Ministro Fernando Gonçalves. Rio Grande do Sul, RS, 12 fev. 2008. DJ de 25.02.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 4ª Turma. **AgRg no Ag 935.082/RJ**. Ementa: [...] Rel.: Ministro Fernando Gonçalves. Rio de Janeiro, RJ, 19 fev. 2008. DJ de 03.03.2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 5ª Turma Cível. **20070020092593AGI**. Ementa: [...] Rel.: Donizeti Aparecido. Brasília, DF, 27 fev. 2008. DJ de 28.05.2008. p. 214.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 6ª Turma Cível. **20070020088813AGI**. Ementa: [...] Rel.: Roberto Santos. Rio Grande do Sul, RS, 19 set. 2007. DJ de 27.11.2007.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. 7ª Câmara Cível. **Agravo de Instrumento Nº 70022228811**. Ementa: [...] Rel.: André Luiz Planella Villarinho. Rio grande do Sul, 12 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. **Acompanhamento processual**: MS 23639 – Mandado de segurança. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1806164>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Regional do Trabalho. 4ª Turma. **Acórdão Num: 20020587656**. Ementa: [...] Rel.: Ricardo Verta Ludovice. São Paulo, SP, Decisão: 03 set. DJ de 13.09.2002.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. 1ª Turma Cível. **20070020144762AGI**. Ementa: [...] Rel.: Flavio Rostirola. Brasília, DF, 13 mar. 2008. DJ de 24.03.2008.

CNJ. **Resolução Nº 61, de 07 de outubro de 2008**. Disponível em:  
<[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12176:ultima-atualizacao-do-cnj-aponta-divida-de-r-84-bilhoes-em-precatorios&catid=1:notas&Itemid=169)>. Acesso em: 23 mar. 2011.

DIETRICH, Andrea Morgado. **O princípio do acesso à justiça**: visão formal e a aplicação da fungibilidade entre as tutelas de urgência. Disponível em:  
<<http://www.scribd.com/doc/16843530/Oprincípio-do-Acesso-a-Justica>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

DINAMARCO, Candido Rangel. **A reforma da reforma**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos do processo civil moderno**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

FOLMANN, Melissa. **Interpretação constitucional principiológica & sigilo bancário**. Curitiba: Juruá, 2003.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na sociedade informacional. In: PAESANI, Liliana Minardi (Coord.). **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDSCHMIDT, Guilherme. **A penhora on line do direito processual brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2008. 3 v.

MARINONI, Luiz Guilherme. O direito a tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais. **Jus navigandi**, Teresina, ano 8, n. 378, jul. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5281/o-direito-a-tutela-jurisdicional-efetiva-na-perspectiva-da-teoria-dos-direitos-fundamentais>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Penhora on line. **Revista Jurídica**, São Paulo, p. 46-47, mar. 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

QUEZADO, Paulo; LIMA, Rogério. **Sigilo bancário**. São Paulo: Dialética, 2002.

REINALDO FILHO, Demócrito. Da possibilidade de penhora de saldos de contas bancárias de origem salarial: interpretação do inciso IV do art. 649 do CPC em face da alteração promovida pela Lei nº 11.382/2006. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1796, jun. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11336>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

ROQUE, Maria José Oliveira Lima. **Sigilo Bancário**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/sigilo.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

THEODORO JUNIOR, Humberto. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática. **Revista de processo**, São Paulo, ano 34, n. 176, p. 11-35, out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

VIANA, Marcelo Soares. **O novo art. 655-A do CPC e a “penhora on-line”**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://cgj.tj.sc.gov.br/bacen/artigos/655cpc.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 3 v.

## ANEXO A – ATENDIMENTO AO PODER JUDICIÁRIO DE 1988 ATÉ ABRIL / 2011

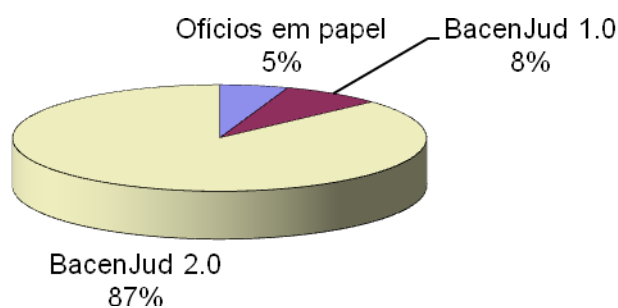
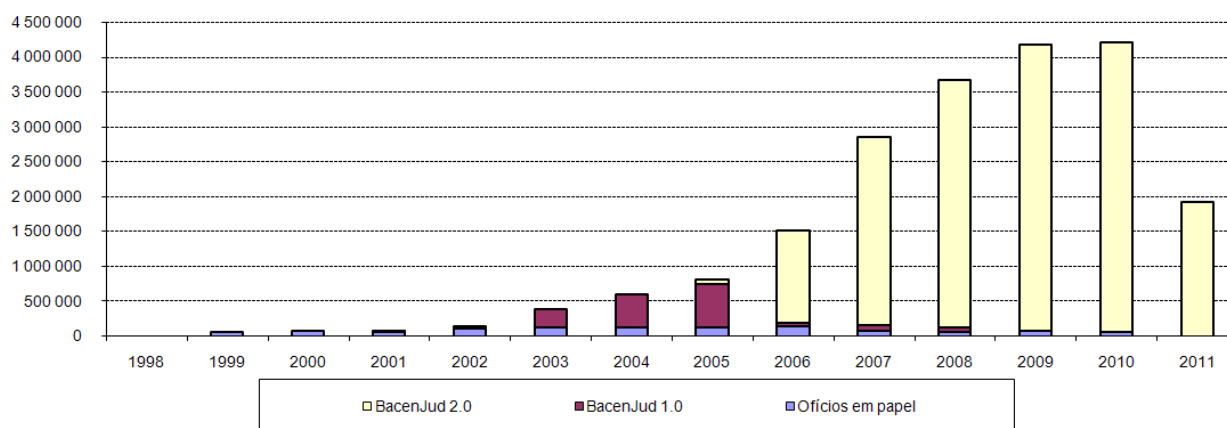


Difs - Diretoria de Fiscalização

Decic - Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro

### Atendimento ao Poder Judiciário

1998 até abril / 2011															Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Ofícios em papel	6 384	54 515	71 461	80 586	99 697	118 505	116 350	128 856	134 114	75 838	59 907	69 435	57 888	16 990	1 090 526
BacenJud 1.0	0	0	0	524	44 756	262 892	473 198	615 870	62 149	79 908	64 194	0	0	0	1 603 491
BacenJud 2.0	0	0	0	0	0	0	0	61 946	1 320 289	2 693 576	3 547 634	4 099 585	4 150 388	1 446 764	17 320 182
Total	6 384	54 515	71 461	81 110	144 453	381 397	589 548	806 672	1 516 552	2 649 322	3 671 735	4 169 020	4 208 276	1 463 754	18 550 445



**ANEXO B – REGULAMENTO BACEN JUD 2.0****BANCO CENTRAL DO BRASIL****REGULAMENTO BACEN JUD 2.0****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º O presente regulamento visa a disciplinar a operacionalização e a utilização do sistema BACEN JUD 2.0.

Parágrafo único. A utilização do sistema implica na concordância por parte do usuário dos termos deste regulamento.

Art. 2º O sistema BACEN JUD 2.0 é um instrumento de comunicação entre o Poder Judiciário e instituições financeiras, com intermediação técnica do Banco Central do Brasil.

§ 1º Compete ao Poder Judiciário o registro das ordens no sistema e o zelo por seu cumprimento.

§ 2º As instituições financeiras participantes são responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais na forma padronizada por este regulamento.

§ 3º Cabe ao Banco Central a operacionalização e a manutenção do sistema.

Art. 3º Para os fins do presente regulamento entende-se:

I- dia útil – todos os dias do ano, excetuando-se os sábados, os domingos e os feriados nacionais. Considera-se feriado nacional: Confraternização Universal, Segunda-feira de Carnaval, Terça-feira de Carnaval, Sexta-feira Santa, Domingo de Páscoa, Tiradentes, dia do Trabalho, Corpus Christi, Independência do Brasil, Nossa Senhora de Aparecida, dia de Finados, Proclamação da República, Natal e outros feriados nacionais que venham a ser criados por Lei;

II- agrupamento – conjunto de instituições participantes do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), integrantes de um mesmo conglomerado financeiro, constituído com vistas à permuta de informações via sistema CCS. O sistema Bacen Jud 2.0 adota os mesmos agrupamentos constituídos para o sistema CCS;



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

III- instituição responsável – aquela que é responsável pelo recebimento do arquivo de remessa e o envio do arquivo que contém as respostas das instituições participantes que fazem parte de seu agrupamento;

IV- instituição participante – aquela que é responsável pelo cumprimento da ordem. São instituições participantes: o Banco do Brasil, os bancos comerciais, os bancos comerciais cooperativos, a Caixa Econômica Federal, os bancos múltiplos cooperativos, os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais estrangeiros – filiais no País, os bancos de investimentos, os bancos múltiplos sem carteira comercial e outras instituições que vierem a ser incorporadas ao BACEN JUD 2.0, com a expansão do alcance do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS);

V- relacionamento – a unidade nuclear de informações do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), constituída pelo conjunto de dados composto pelo CNPJ de uma instituição participante e pelo CPF ou CNPJ de um de seus correntistas e/ou clientes, assim como dos respectivos representantes; e

VI- atingido – aquele que sofrerá os efeitos da ordem judicial no sistema BACEN JUD 2.0.

### **DA INTEGRAÇÃO COM O CCS**

Art. 4º O sistema BACEN JUD 2.0 consulta a base de dados de relacionamentos do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), instituído por força da Lei 10.701, de 9.7.2003, e disciplinado pela Circular BACEN 3.347, de

11.4.2007, para identificar as instituições destinatárias de cada ordem judicial, se não especificadas pelo próprio magistrado.

§ 1º Caso o atingido seja uma instituição participante, a ordem é encaminhada também para a instituição responsável pelo seu agrupamento.

Art. 5º As ordens emitidas no sistema BACEN JUD 2.0 são disponibilizadas para as instituições responsáveis pelos agrupamentos com os quais os atingidos possuem relacionamento.

Parágrafo único. Para fins de ordens de bloqueio de valor, consideram-se apenas os relacionamentos ativos no CCS quando da protocolização da ordem; e para fins de



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

ordens de requisição de informações, consideram-se os relacionamentos ativos e os que se tornaram inativos após 1º.1.2001.

Art. 6º Em decorrência do previsto na Circular BACEN 3.347, de

11.04.2007, as instituições participantes oferecem respostas negativas (não cliente) a ordens de bloqueio de valor nas situações:

I – O relacionamento existia no momento da protocolização da ordem, mas está encerrado no momento do seu cumprimento;

II – O relacionamento é exclusivamente do tipo “Procurador”, “Representante” ou “Responsável” por ativo(s) de terceiros.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, desejando o magistrado efetuar o bloqueio de valor do ativo, deverá identificar o terceiro titular do crédito por meio de detalhamento no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), incluindo no BACEN JUD 2.0 o seu CPF ou CNPJ.

### **DA TROCA DE ARQUIVOS E OPERACIONALIZAÇÃO**

Art. 7º As ordens judiciais protocolizadas no sistema BACEN JUD 2.0 até as 19h00min dos dias úteis são consolidadas pelo sistema, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas às instituições responsáveis até as 23h30min do mesmo dia, em conformidade com os arts. 4º e 5º.

§ 1º As ordens judiciais protocolizadas após as 19h00min ou em dias não-úteis são consolidadas e disponibilizadas às instituições responsáveis no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

§ 2º O arquivo de remessa excepcionalmente não disponibilizado às instituições responsáveis até as 23h30min terá seu conteúdo incluído no arquivo do dia útil imediatamente posterior.

§ 3º O arquivo de remessa pode ter seu horário de envio antecipado a critério do Banco Central do Brasil, a fim de manter a estabilidade do sistema.

Art. 8º O Sistema BACEN JUD 2.0 aguarda, da instituição responsável, o envio do arquivo de respostas até as 23h59min do dia útil seguinte ao da disponibilização do respectivo arquivo de remessa das ordens.





## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

§ 1º As instituições responsáveis cujas respostas não forem enviadas no prazo ficarão em situação de inadimplência (“não resposta”). O nome da instituição responsável inadimplente e o respectivo percentual de inadimplência ficam disponíveis no sistema.

§ 2º Para os efeitos do “caput” deste artigo, o feriado local (municipal, estadual ou distrital) é considerado dia útil. Neste caso, mesmo diante da impossibilidade do cumprimento da ordem judicial por instituição participante que mantenha representação

apenas no local onde ocorre o feriado, a instituição responsável fica em situação de inadimplência (“não resposta”) para o sistema.

§ 3º As instituições participantes ficam desobrigadas de processar as ordens cujo arquivo de remessa enviado pelo sistema apresente formato incompatível com lei vigente. Nessa hipótese, o Banco Central do Brasil atestará a ocorrência do problema operacional e encaminhará comunicado eletrônico para todas as instituições responsáveis, bem como para o Poder Judiciário, por meio dos Mástres cadastrados no sistema.

§ 4º A ausência de resposta, ou sua rejeição conforme previsto nos §§

1º e 2º do art. 8º, para qualquer registro do arquivo de remessa, é considerada uma inadimplência (“não resposta”).

§ 5º O arquivo de resposta pode ser reenviado quantas vezes forem necessárias pelas instituições responsáveis, desde que respeitado o horário limite definido no “caput”. No caso de reenvio, a versão anterior do arquivo será expurgada pelo sistema e o último arquivo recebido será considerado como a única resposta da instituição responsável.

Art. 9º Os arquivos de respostas enviados pelas instituições responsáveis são submetidos a processos de validação (sintática e semântica) pelo sistema BACEN JUD 2.0, que consolidará as informações e as disponibilizará ao juízo expedidor da ordem judicial até as 8 (oito) horas da manhã do dia útil seguinte ao do recebimento desses arquivos.

§ 1º A validação sintática ocorre logo após o recebimento do arquivo de respostas pelo sistema. Caso seja detectado algum erro, o arquivo de respostas é rejeitado em sua totalidade. Havendo ou não rejeição do arquivo, tal fato é comunicado à instituição responsável por meio de um arquivo de resultado da validação sintática.



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

§ 2º A validação semântica ocorre após o término do prazo para envio do arquivo de respostas. Caso sejam detectados erros, os registros inválidos são rejeitados. Havendo ou não rejeição de registros, tal fato é comunicado à instituição responsável por meio de um arquivo de resultado da validação semântica.

§ 3º As rejeições previstas neste artigo dão-se pelos motivos especificados nas tabelas de códigos de erros disponíveis na página do BACEN JUD hospedada no sítio do Banco Central do Brasil na Internet.

Art. 10. A pesquisa por parte das instituições participantes para cumprimento das ordens judiciais disponibilizadas pelo sistema BACEN JUD

2.0 é efetuada exclusivamente por meio dos números completos de CNPJ e de CPF dos atingidos, constantes do arquivo de remessa.

Art. 11. Alterações no leiaute dos arquivos utilizados pelo sistema BACEN JUD 2.0 devem ser publicadas na página do BACEN JUD, hospedada no sítio do Banco Central do Brasil na Internet, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### **DAS INADIMPLÊNCIAS**

Art. 12. A situação de inadimplência (“não resposta”) não implica necessariamente em descumprimento da ordem judicial, mas indica a ausência de informação quanto à providência tomada pela instituição participante.

§ 1º A situação de inadimplência não isenta a instituição participante de responsabilidade pelo cumprimento da ordem judicial no prazo e na forma previstos neste regulamento.

§ 2º O sistema BACEN JUD 2.0 permite ao Poder Judiciário a reiteração das ordens judiciais não respondidas, bem como o cancelamento das de bloqueio de valor.

§ 3º O cancelamento de uma ordem de bloqueio implica em uma ação de desbloqueio, caso a instituição participante tenha cumprido a ordem protocolizada originalmente.



# **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## **DAS ORDENS JUDICIAIS DE BLOQUEIO DE VALORES**

Art. 13. As ordens judiciais de bloqueio de valor têm como objetivo bloquear até o limite das importâncias especificadas e são cumpridas com observância dos saldos existentes em contas de depósitos à vista (contas correntes), de investimento e de poupança, depósitos a prazo, aplicações financeiras e demais ativos sob a administração e/ou custódia da instituição participante.

§ 1º Essas ordens judiciais atingem o saldo credor inicial, livre e disponível, apurado no dia útil seguinte ao que o arquivo de remessa for disponibilizado às instituições responsáveis, sem considerar créditos posteriores ao cumprimento da ordem e, nos depósitos à vista, quaisquer limites de crédito (cheque especial, crédito rotativo, conta garantida etc).

§ 2º Cumprida a ordem judicial na forma do § 1º e não atingido o limite da ordem de bloqueio inicial, caso necessário complementar o valor, o magistrado deverá expedir nova ordem de bloqueio.

§ 3º É facultado à instituição responsável definir em qual(is) instituição(ões) participante(s) de seu agrupamento e sobre qual(is) ativo(s) sob sua administração e/ou custódia recai o bloqueio de valor.

§ 4º Quando a ordem de bloqueio de valor destina-se a uma instituição participante com especificação da agência e do número de conta, o cumprimento da ordem dá-se com base apenas no saldo de todas as contas e aplicações registradas sob esse número.

§ 5º O magistrado pode:

I- deixar os campos “Instituição Financeira”, “Agência” e “Conta” em branco, se quiser atingir todos os ativos do réu/executado sob administração e/ou custódia nas instituições participantes;

II- preencher a “Instituição Financeira” e deixar os campos “Agência” e “Conta” em branco, se quiser atingir todos os ativos do réu/executado sob administração e/ou custódia da instituição participante especificada; e



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

III- preencher a “Instituição Financeira” e a “Agência” e deixar o campo “Conta” em branco, se quiser atingir todos os ativos do réu/executado sob administração e/ou custódia da instituição participante e agência especificadas.

§ 6º O sistema BACEN JUD 2.0 alerta o usuário sobre a existência de conta única para bloqueio cadastrada conforme Resolução nº. 61 do Conselho Nacional de Justiça, de 7.10.2008, a ser utilizada para evitar múltiplos bloqueios.

§ 7º As instituições participantes ficam dispensadas de efetivar o bloqueio quando o saldo consolidado do atingido for igual ou inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 14. O bloqueio de valor permite, em nova ordem judicial, desbloqueio e/ou transferência de valor específico.

§ 1º Na ordem judicial de transferência de valor, o magistrado deve informar os dados necessários ao seu cumprimento, dentre os quais a quantia a ser transferida, a instituição participante destinatária e a respectiva agência, e se mantém ou desbloqueia o saldo remanescente, se houver.

§ 2º Enquanto o magistrado não determinar o desbloqueio ou a transferência, os valores permanecem bloqueados nas contas ou aplicações financeiras atingidas, ressalvada a hipótese de vencimento de contrato de aplicação financeira sem reaplicação automática. Nesse caso, os valores passam à condição de depósito à vista em conta corrente e/ou conta de investimento, permanecendo bloqueados.

§ 3º A ordem judicial de transferência é respondida no prazo do “caput” do art. 8º, com a inclusão, pela instituição participante, da data de previsão para a transferência, tomando como base o prazo de resgate e os procedimentos necessários à sua efetivação.

§ 4º As transferências dos valores bloqueados devem ser efetivadas utilizando-se do Identificador de Depósito (ID) fornecido pelo sistema BACEN JUD 2.0 ou, excepcionalmente, por outro meio de efetivação de depósito judicial.

§ 5º Não se aguarda, para efeito de cumprimento da ordem de transferência, o prazo de vencimento dos contratos de aplicação financeira e nem o “aniversário” das contas de poupança.



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

§ 6º As instituições participantes destinatárias dos valores transferidos para depósitos judiciais devem comunicar ao juízo, por outros meios que não o sistema BACEN JUD 2.0, no prazo de até dois dias úteis, o recebimento dessas quantias.

§ 7º Enquanto bloqueados, os valores não são remunerados em favor do Poder Judiciário pela instituição participante. Após transferidos, tais valores observarão o regime estabelecido para o respectivo depósito judicial.

§ 8º Os valores bloqueados em aplicações financeiras sujeitas a oscilações de mercado podem sofrer reduções entre as datas do bloqueio e da transferência.

### **DAS INSTITUIÇÕES EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DECRETADO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Art. 15. O sistema BACEN JUD 2.0 não disponibiliza ordens judiciais contra terceiros às instituições participantes em processo de Liquidação Extrajudicial decretado pelo Banco Central do Brasil, sem prejuízo de seu envio por outros meios.

Art. 16. As ordens judiciais destinadas a bloquear valores de atingidos que sejam instituições em processo de Liquidação Extrajudicial decretado pelo Banco Central do Brasil são encaminhadas pelo BACEN JUD 2.0 diretamente a essa Autarquia, que as remete aos liquidantes para resposta ao Juízo. O sistema informa ao magistrado que houve encaminhamento.

Parágrafo único. Na situação descrita no “caput”, a resposta a ser fornecida pelo liquidante é transmitida por outro meio que não o sistema BACEN JUD 2.0.

### **DAS REQUISIÇÕES DE INFORMAÇÕES**

Art. 17. O sistema BACEN JUD 2.0 permite ao Poder Judiciário requisitar endereços e relação de agências/contas, limitados aos 3 (três) endereços mais recentes e a 20 (vinte) pares de agências/contas por instituição participante, bem como as seguintes informações sobre os ativos do atingido que estão sob administração e/ou custódia da instituição:

I- saldo bloqueável até o valor indicado na ordem de requisição; II- saldo bloqueável consolidado; e

III- extratos, consolidados ou específicos, de contas correntes/contas de investimentos, de contas de poupança e/ou de investimentos e outros ativos.



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

§ 1º As respostas às requisições previstas no “caput” têm caráter exclusivamente informativo.

§ 2º As requisições de saldo bloqueável, de relação de agências/contas e de endereço são respondidas via sistema, no prazo previsto no “caput” do art. 7º.

§ 3º As requisições de extrato são atendidas pelas instituições participantes por outro meio que não o sistema BACEN JUD 2.0, em até 30 (trinta) dias. Os extratos devem ser encaminhados de forma segura e confidencial, com observância ao sigilo bancário.

§ 4º As requisições de extrato pelo sistema BACEN JUD 2.0 não contemplam período anterior a 1º.1.2001. A partir de 1º.1.2011, as requisições de extratos ficam limitadas aos últimos 10 (dez) anos.

Art. 18. O sistema possibilita consultas a relatórios e estatísticas para controle gerencial pelo Poder Judiciário e pelo Banco Central do Brasil.

### **DAS INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO PERFIL DE GESTOR DO SISTEMA**

Art. 19. O Banco Central do Brasil, em conformidade com a Cláusula Quinta dos Convênios de Cooperação Técnico-Institucional para fins de operacionalização do sistema BACEN JUD 2.0, mantém componente de apoio ao Poder Judiciário com acesso às informações inerentes ao perfil de gestor.

Parágrafo único. As informações sobre saldo, extrato, endereço, valores bloqueados e transferidos somente serão prestadas ao Poder Judiciário pelo componente de apoio do Banco Central do Brasil mediante autorização por escrito do magistrado interessado.

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 20. A funcionalidade de inabilitação total será regulamentada quando de sua liberação para uso pelo Poder Judiciário.

Art. 21. O Poder Judiciário, o Banco Central do Brasil e as Entidades de Classe das instituições participantes formalizarão a constituição de Grupo Gestor do Sistema BACEN JUD 2.0 com a finalidade de manutenção, atualização e aprimoramento permanentes desse sistema.



# **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## **DA VIGÊNCIA**

Art. 22. Este Regulamento substitui o anterior e, em obediência à Cláusula Segunda, alínea “e”, dos Convênios de Cooperação Técnico- Institucional firmados entre o Banco Central do Brasil e os Tribunais Superiores e o Conselho da Justiça Federal, entrará em vigor em 24.07.2009.